



**PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO DE UM ANTIGO SEQUEIRO
EM HABITAÇÃO DE TURISMO RURAL**

MARIANA GONÇALVES A. MACEDO

Projecto de Transformação de um Antigo Sequeiro em Habitação de Turismo Rural

Mariana Gonçalves Araújo Macedo

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2010/2011

Sob orientação do Prof. Doutor Luís Soares Carneiro

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Luís Soares Carneiro, pela orientação e partilha de ideias

À minha Mãe e à minha Irmã, pela força, perseverança e inspiração diária

Ao meu Pai, pelos conselhos sobre o presente trabalho, por tudo que me proporciona, pelos desafios, aventuras e ensinamentos para a vida

Aos meus Avós, pelo carinho e histórias

Ao André, pelas alegrias e companhia, pelo amanhã

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste Trabalho, Obrigada

RESUMO

Esta Tese de Dissertação de Mestrado foi motivada pela oportunidade de elaborar um projecto de transformação de um antigo sequeiro numa instalação destinada à prática de Turismo em Espaço Rural. Partindo desta proposta desenvolveu-se um estudo e um trabalho teórico-prático.

Perante um terreno numa pequena freguesia em pleno Vale do Ave, Minho, com três estruturas em ruína – um sequeiro ladeado por dois espigueiros – abordou-se a importância destas estruturas representativas da Cultura do Milho, tão significativa para a paisagem e carácter do Minho, região onde a Natureza e a ruralidade ainda mantêm uma presença significativa.

Após o estudo sobre a tipologia do edifício em questão – um sequeiro – e da sua importância como elemento representativo da arquitectura vernacular do Norte do País, cuja valorização arquitectónica foi impulsionada pelo *Inquérito à Arquitectura em Portugal*, assumiu-se a importância de preservar estes edifícios, ou pelo menos a sua forma, visto a função se encontrar actualmente descontextualizada.

Abordaram-se as condicionantes implicadas na adaptação ao novo programa – edifício de carácter agrário a instalação de Turismo Rural – e o ajuste da antiga forma à nova função, e apresentaram-se as decisões formais e construtivas que corporalizam o projecto. Elementos textuais e gráficos irão complementar-se para a compreensão desta proposta que visa a construção de um novo edifício que honre o preexistente mas, simultaneamente, seja representativo do momento no qual foi erigido. Buscando, como objectivo, cumprir as palavras de Peter Zumthor:

“(...) O antigo e o novo encontram-se em equilíbrio. As partes novas da casa não parecem querer dizer: sou nova, mas antes: sou parte do novo todo.”

Peter Zumthor em “Pensar a arquitectura”, GG, 2006, 2ª Edição Ampliada

ABSTRACT

This Master Degree Thesis was motivated by the opportunity to develop a conversion project – an old building which used to store and manage corn into a facility envisioned to receive Rural Space Tourism. From this proposition, a study and a theoretical/practical work were developed.

It starts with a land in a small parish in Vale do Ave, Minho, with three remnants structures – the old corn managing building surrounded by two old corn containers. There's an approach to the importance of these structures representative of the Corn Culture, essential to Minho's character and landscape, where Nature and country environment still keep a strong presence.

After studying the building's typology – a *sequeiro* – and its meaning as a symbol of popular architecture in the North of the country, which started to be truly architecturally respected after the launch of *Inquérito à Arquitectura em Portugal*, it is stated the importance of preserving these buildings, or at least their shape, since nowadays their function has become out of context.

The conditions requested in adapting to the new program – agricultural building to Rural Tourism facility – and adjusting the ancient shape to the new function were identified, and formal and constructive decisions that lead to the project's embodiment were stated. Textual and graphic material will complement to a better comprehension of this proposal that aims the construction of a new building that honors the preexistent but that is also representative of the moment when it was constructed. Aiming, as a final goal, to fulfill Peter Zumthor's words:

“(...) O antigo e o novo encontram-se em equilíbrio. As partes novas da casa não parecem querer dizer: sou nova, mas antes: sou parte do novo todo.”

Peter Zumthor em “Pensar a arquitectura”, GG, 2006, 2ª Edição Ampliada

ÍNDICE

. Resumo	p. 6
. Abstract	p. 8
. Introdução	p. 12
. Enquadramento	
. O Local. Identidade	p. 18
. Sequeiro como memória de um passado. Ruína	p. 26
. O sequeiro da Casa do Santo	p. 34
. Projecto. Considerações e Memória	
. Ruína. Observação e levantamento	p. 42
. Dois casos semelhantes	p. 48
. Programa. Adaptação à nova função	p. 56
. Materialização. Opções Formais	p. 60
. Materialização. Aspectos Construtivos	p. 70
. Considerações Finais.	p. 78
. Projecto. Apresentação gráfica	p. 84
. Anexos	
. Esquissos	p. 102
. Legislação Turismo em Espaço Rural	p. 104
. Créditos Fotográficos	p. 112
. Referências Bibliográficas	p. 116



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi motivado por um projecto de arquitectura que consistia na transformação de um antigo sequeiro numa instalação de Turismo em Espaço Rural.

A proposta para a elaboração do projecto veio em forma de colaboração com o arquitecto Pedro Macedo. A inexperiência na área, principalmente a nível de questões orçamentais e técnicas relacionadas com a execução em obra, foi sendo supervisionada e ultrapassada através do constante apoio e esclarecimento por parte do arquitecto.

Com esta intervenção pretende-se reforçar a importância do património arquitectónico nacional, seja de carácter erudito ou popular, e a sua manutenção. A preservação dos elementos que consolidam a nossa identidade nacional, social e arquitectónica, seja através de restauros, reabilitações ou variadas transformações mostra-se cada vez mais uma iniciativa gratificante a curto e longo prazo.

“O desinteresse, o abandono e a destruição deste património do que fomos e do que somos são meios de agressão e de aviltamento, não só culturais, mas sobretudo, sociais. Ao destruírem-se paisagens, cidades, vilas e aldeias, com a insensatez, a pressa, a eficácia apostados, aparentemente, mais na degradação do que na transformação harmoniosa do ambiente dos homens, oblitera-se a nossa consciência cívica, ultraja-se com a fealdade, o espírito dos lugares, corrompe-se numa fundura desmedida, a dignidade e o carácter das culturas, da gente e do país. Sem sentido e, o que é pior, sem que o verdadeiro novo seja construído como cenário coerente do porvir.”¹

A concessão de uma nova oportunidade a um antigo edifício, como o é o sequeiro em questão, aparentemente tornado inútil devido a diversos motivos tais como a mudança do contexto económico, tecnológico ou social, permite o estudo do passado, das nossas raízes.

¹ PACHECO, Helder, Portugal: património cultural popular, Porto, Areal, 1985, 1ª Edição (Volume 1- O ambiente dos Homens)

É despertado um sentimento de respeito inerente a construções cuja existência ultrapassa muito a nossa, cenário de vida por tanto tempo e onde hoje resta apenas um contentor de vazio. Edifícios cujas histórias parecem ecoar pelas paredes, enquadrados numa paisagem onde tudo parece natural – a vegetação, a ocupação humana, a topografia, o parcelamento dos terrenos –, e com uma capacidade especial de cativar. Quando finalmente nos encontramos completamente rendidos ao valor destes edifícios e ao que eles representam surge o desejo de homenagem e de preservação. O desejo de prolongar um pouco mais a vida deste edifício, de o mostrar a futuras gerações, assim como nos foi mostrado a nós, acreditando que estes serão igualmente apreciados.

Tendo como base o respeito por estas estruturas surgiu então o desafio de como abordar a transformação de um sequeiro para actividade turística. A adaptação para uma função completamente diferente da original, que então desempenhava na perfeição, juntamente com os padrões de conforto, eficácia e enquadramento legal exigidos pelas habitações actuais, definiram as premissas relacionadas com a contemporaneidade do projecto e do programa que o rege.

A arquitectura deverá sempre resultar do momento no tempo e no espaço em que é realizada, a nível formal, programático, construtivo, etc. Fernando Távora referia-se a esta questão no texto *O Problema da Casa Portuguesa*: *“As casas de hoje terão de nascer de nós, isto é, terão de representar as nossas necessidades, resultar das nossas condições e de toda a série de circunstâncias dentro das quais vivemos, no espaço e no tempo.”*²

A abordagem a este projecto baseou-se em todos estes princípios e em outros que foram surgindo à medida que o seu desenvolvimento o requeria, visando primordialmente a construção de uma boa resposta arquitectónica.

² TÁVORA, Fernando, “O problema da Casa Portuguesa”, in *Cadernos de Arquitectura*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1ª Edição, p.9



ENQUADRAMENTO



O LOCAL. IDENTIDADE

*Ser minhoto é ser Celta; Castrejo Galaico,
pouco Lusitano: mais Suevo que Visigodo;
nada Mouro.*

Aragem do Atlântico sobre o Mediterrâneo.

Do berço de Portugal, não da Colónia.

*Se perguntar se é bem ou mal,
julgo que é apenas tal e qual:
mais enxada do que charrua,
mais regadio do que sequeiro,
mais prado que pousio,
mais trabalho do que terra.*

Eugénio Castro Caldas

A paisagem que envolve a ruína é a típica do Minho rural.

Esta região apresenta uma grande riqueza e diversidade da fauna e da flora. O coberto vegetal é constituído por carvalhais, pinhais, bosques de vidoeiros, matos, pastagens e terrenos cultivados. Ao longo das inúmeras linhas de água a vegetação intensifica-se, sendo maioritariamente constituída por salgueiros e amieiros. Interrompendo este verde, encontramos os afloramentos rochosos graníticos que tendem a ser mais expressivos à medida que a altitude aumenta.

A topografia, com grandes relevos e diferenças de altitude, condicionou séculos de uso e apropriação do solo. Os vales, com espaços agrícolas retalhados, revelam o ciclo das culturas ao longo do ano; as encostas são destinadas às bouças e matos, fornecendo ainda a lenha, pasto e matéria para acomodar o gado; e as zonas de maior altitude são utilizadas para o pastoreio extensivo. As aglomerações populacionais aparecem associadas à boa exposição solar, à proximidade de linhas de água e à estabilidade dos terrenos. Desta forma, os vales apresentavam-se como o lugar de eleição para a construção do casario e estruturas agrícolas, principalmente nas suas zonas mais rochosas, pois permitiam a libertação dos terrenos férteis para a agricultura. O granito assume-se como o material predominante no edificado, devido à sua abundância, resistência e solidez.

A possibilidade de acumular alimentos e a conseqüente necessidade de os armazenar levou ao surgimento de diversas estruturas com diferentes características, consoante o produto a que eram destinadas e às condições climatéricas e topográficas do local onde eram implantadas.

O milho, originário da América Central, foi trazido pelos espanhóis para a Península Ibérica em finais do século XV. O seu cultivo iniciou-se por volta de 1500, na zona de Coimbra. Com alto valor agrícola, mas

estando a sua cultura condicionada pela necessidade de água e terrenos férteis, o milho encontrou a sua área de eleição nas regiões do Minho e da Beira Litoral, onde se propagou rapidamente, tornando-se a cultura dominante. O desenvolvimento da cultura do milho no *“Portugal húmido, que compreende as províncias do Entre Douro e Minho, o distrito de Aveiro, na Beira Litoral, o distrito de Vila Real, em Trás-os-Montes e a parte ocidental da Beira Alta”*³, levou à construção de um conjunto de estruturas de apoio ao processo implicado no cultivo deste cereal de regadio.

Foram construídos sequeiros, eiras e alpendres, destinados à secagem, preparação e armazenamento do cereal. Apenas a eira, área geralmente rectangular, pavimentada com lajeado de pedra em granito, não possuía cobertura pois era destinada à secagem durante períodos secos, fase essencial em todo este processo. Os sequeiros eram edifícios que serviam de apoio à eira, localizando-se normalmente no seu limite norte.

Para o armazenamento e secagem das espigas foram erigidos espigueiros, pequenas construções paralelepípedicas com cobertura de duas águas, ligeiramente elevadas do terreno e bem ventiladas. Por norma, os espigueiros e os sequeiros eram construídos em redor da eira, de forma a facilitar as transições do cereal entre estas estruturas, requeridas no ciclo de preparação deste cereal.



Fig. 1 - Maçaroca de milho



Fig. 2 - Plantação de milho

³DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, “Espigueiros Portugueses” in *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, 1ª edição (Portugal de Perto - 33), sub-capa



Fig. 3 - Eira e espigueiros em Parada do Lindoso, Lindoso, Ponte da Barca



Fig. 4 - Conjunto agrícola com eira, sequeiro e espigueiro em Rossas, Vieira do Minho



Fig. 5 - Espigueiro recuperado em Sao João de Rei, Póvoa de Lanhoso



Fig. 6 - Conjunto agrícola em São Pedro de Cette, Paredes

Cada um destes elementos desempenhava um papel crucial no ciclo de produção do milho.

Assim que estivesse pronto a ser colhido, o cereal era trazido do campo e deixado na eira para ser desfolhado. A acção de desfolhar - separar a espiga da palha - era normalmente realizada à noite, e transformava-se muitas vezes num evento social festivo. A palha (canas, caules e folhas da planta) era arrumada em medas, destinadas a alimentar o gado durante o ano, e as espigas eram armazenadas no espigueiro. Esta fase de armazenamento visava secar o grão para que este pudesse, mais tarde e de forma eficaz, ser malhado (extracção do grão de milho da espiga) na eira. Posteriormente, para o grão ser guardado nas arcas (caixas destinadas à arrecadação do milho para a sua gestão corrente), onde devia estar completamente desprovido de humidade, o milho era seco na eira durante um período relativamente elevado de tempo. Dependendo das condições climáticas, este período poderia chegar a ultrapassar um mês completo. Durante esta fase e apenas nos dias de sol, o milho era trazido para a eira, sendo varrido, ao início da noite, de volta para o interior do sequeiro.



Fig. 7 - *Harvesters Resting* de Jean-François Millet



Fig. 8 - Agricultores durante a desfolhada



Fig. 9 - Medas num campo de cultivo



Fig. 10 - Espigas estendidas na eira



Fig. 11 - Agricultores a malhar o milho

Estas estruturas viriam a alterar para sempre a paisagem nesta zona e ainda hoje a caracterizam de forma ímpar e intrínseca, tal como Domingos Almeida afirmou:

“As alterações causadas na geografia e na sociedade rural foram tais que levaram Orlando Ribeiro a falar na Revolução do Milho, afirmando que “depois da conquista romana nenhuma alteração mais profunda se introduziu na monótona vida dos nossos campos: nem os árabes, com plantas novas e culturas de regadio, fizeram nada de comparável”. ”



Fig. 12 - Porta Cova, Sistelo, Arcos de Valdevez

⁴ Citado por Almeida, Domingos P. Ferreira em “Evolução histórica da agricultura”, <http://dalmeida.com/ensino/historia.htm>

SEQUEIRO COMO MEMÓRIA DE UM PASSADO. RUÍNA

As construções de carácter agrário, muito numerosas e espalhadas pela paisagem, revelam-se hoje de grande riqueza formal e simbólica pois, apesar de em grande parte estarem abandonadas e inutilizadas, representam um passado que, apesar de distante, é parte integrante da nossa cultura regional e nacional, principalmente a nível antropológico e paisagístico.

Foi lançado em 1961 o livro *Arquitectura Popular em Portugal*⁵, como finalização e divulgação de um Inquérito realizado à Arquitectura Popular Portuguesa por profissionais da área. Esta iniciativa foi motivada pela necessidade de redescobrir e registar a arquitectura portuguesa e nela tentar encontrar características definidoras de uma identidade arquitectónica nacional.

O momento era antagónico: por um lado proliferavam as correntes intelectuais de carácter internacional, libertadas de regionalismos, e por outro crescia um desejo de conhecer a verdadeira realidade do país, o mundo rural em todas as suas expressões humanas.

Pela primeira vez, a arquitectura tradicional ou vernacular, era valorizada e concediam-lhe um estatuto de importância patrimonial arquitectónica. Através deste estudo, dos levantamentos gráficos e fotográficos e dos inquéritos à população, este grupo veio reformular o valor destas construções que vemos espalhadas por todo o país. Por representar a simplicidade de um povo que constituía a maioria, a riqueza destas edificações começava a emergir. Continham séculos de saber, passados de geração em geração, onde a função esculpia a beleza. Era nestas construções que o passado se sentia mais presente.

Como Fernando Távora disse, *“qualquer estilo nasce do Povo e da Terra com a espontaneidade e vida de uma flor; e Povo e Terra encontram-se presentes no estilo que criaram com aquela ingenuidade e aquela inconsciência que caracterizam todos os actos verdadeiramente sentidos, sejam eles de um homem ou de*

⁵ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Printer Portuguesa, 1988, 3ª Edição

*uma comunidade, de uma vida ou de muitas gerações.*⁶

A partir daquele momento, a arquitectura popular passava a ser tomada por diversos arquitectos como modelo e inspiração. Apossavam-se da linguagem, da forma e dos materiais, integrando-os em arquitectura erudita, transformando para sempre a sua definição.

A Casa de Ofir, de 1958, do arquitecto Fernando Távora, as Pousadas no Vale do Cávado de Januário Godinho, construídas entre 1949 e 1959, e os moinhos da Apúlia são alguns exemplos destas abordagens. A Casa de Ofir assume-se como um dos grandes exemplos em Portugal do diálogo entre tradição e modernidade, presente em toda a peça arquitectónica, tanto no uso dos materiais como dos elementos formais (Fig. 13 e 14). Na Pousada de Venda Nova, erigida entre 1949 e 1950 em Montalegre, Januário Godinho fazia o embasamento do edifício com pedras provenientes de muros da região. Na Apúlia, região costeira minhota, antigos moinhos eram transformados em habitação de férias, alterando tanto a sua função como o seu estatuto social (Fig. 15 e 16). Também o arquitecto Viana de Lima, em 1954, construía para seu usufruto a Casa das Marinhas, em Esposende, conciliando o uso de linguagem moderna com a ampliação de um elemento pré-existente de arquitectura popular - um moinho.

Através destas intervenções, enriqueceram-se peças de arquitectura popular e criaram-se novas homenageando as suas antepassadas, finalmente valorizadas. Mudava-se o modo de ver e fazer arquitectura em Portugal, tendo o Inquérito desempenhado um papel crucial nesta metamorfose do valor arquitectónico das construções populares, como podemos constatar no prefácio do livro em questão: *“Contribuir para salvaguardar o que merece ser mantido, é pois, uma das finalidades deste trabalho - e não das menores. (...) Mas, no que se refere à Arquitectura popular, não erudita, aos seus fundamentos, relações e particularidades, muito pouco se observou ou escreveu. O caso, aliás, não tem tanto de desprimoroso como poderia supor-se, pois o fenómeno*

⁶ TÁVORA, Fernando, “O problema da Casa Portuguesa”, in *Cadernos de Arquitectura*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1ª Edição, p.7

da Arquitectura popular e regional só há poucas décadas começou a interessar vivamente os estudiosos, e a ser encarado com olhos limpos de preconceitos estilísticos, que lhe diminuía o significado e a importância.”⁷

Concordo com Flávio Lopes quando este afirma que o Património Arquitectónico é “ (...) formado não somente pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias tradicionais integradas nos seus ambientes natural ou construído”⁸, pois, tal como Helder Pacheco afirma, “Através da sua história, o nosso povo desenvolveu modos próprios de estar na vida, de observar a realidade e de pensar acerca dela, de representar o que sente, o que admira, o que anseia. (...) Criou assim e continua a criar obras que constituem um património e uma herança que importa estudar, proteger e divulgar.”⁹

Manter presente este património, através de diversas formas de aproveitamento, evidencia-se como uma tarefa necessária e, a longo prazo, gratificante, pois permitirá às gerações futuras ter os “*pés assentes na terra onde nos foi dado nascer*”¹⁰

Os processos de transformação referidos anteriormente vêm-se revelando também cada vez mais importantes no panorama arquitectónico português devido ao crescente número de edifícios existentes e não utilizados que poderiam vir a desempenhar um papel dinamizador, tanto a nível económico, como social ou mesmo arquitectónico.

Os sequeiros, tal como o nome indica, eram edifícios destinados ao apoio da secagem dos cereais após a sua colheita, principalmente em períodos chuvosos, durante os quais a eira se revelava insuficiente. Por vezes, eram também utilizados como espaço de armazenamento temporário. O que os diferenciava dos alpendres, ambos cobertos, era o facto de serem edifícios encerrados, com paredes, pilares e portadas, protegendo o

⁷ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES, Prefácio de *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Printer Portuguesa, 1988, 3ª Edição, p. 21

⁸ LOPES, Flávio, “Cartas e Convenções Internacionais” in *Património Arquitectónico e Arqueológico - Informar para Proteger*, Lisboa, Publicação do IPPAR, 1996, p.16



Fig. 13 - Casa de Ofir, Ofir



Fig. 14 - Casa de Ofir, Ofir

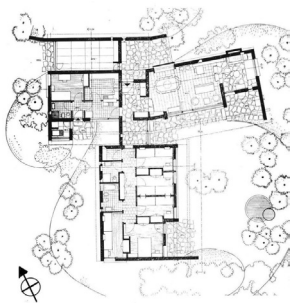


Fig. 15 - Casa de Ofir - planta

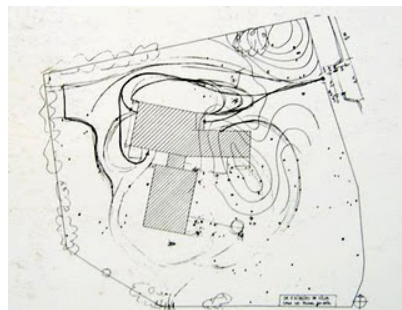


Fig. 16 - Casa de Ofir - esboço

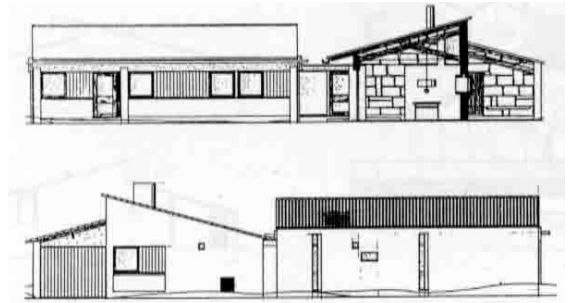


Fig. 17 - Casa de Ofir - corte e alçado sul



Fig. 18 - Moinhos, Apúlia



Fig. 19 - Moinho convertido em habitação de férias

⁹ PACHECO, Helder, *Portugal: património cultural popular*, Porto, Areal, 1985, 1ª Edição (Volume 1- O ambiente dos Homens), p.9

¹⁰ PACHECO, Helder, *Portugal: património cultural popular*, Porto, Areal, 1985, 1ª Edição (Volume 1- O ambiente dos Homens), p.11

conteúdo dos seus inimigos naturais – intempéries e animais, pássaros e ratos essencialmente.

Revelam, na sua maioria, o seguimento de uma lógica formal, consolidada pelo tempo e pela experiência, evidenciando a intrínseca fidelidade ao desempenho da sua função, característica tão comumente encontrada na arquitectura vernacular portuguesa.

Considero-as, como afirmou Pedro de Llano, *“Edificações intimamente vinculadas a gentes que, século após século, foram quem as ergueu, sem mais experiência do que a tradição, nem mais ajuda do que a da própria comunidade. Edificações que parecem nascer como um prolongamento da paisagem e do carácter do homem que as vai habitar, dando lugar a uma arquitectura que pela sua identificação com cada país e com as mais imediatas necessidades do seu povo, constituirá um dos seus mais destacados sinais de identidade”*¹¹

A lógica, a nível formal, comum a todos os sequeiros consistia na existência de uma fachada no edifício que fosse bem ventilada e iluminada, preferencialmente orientada a sul. Esta fachada implantava-se no limite norte da eira, permitindo, como já foi referido, o melhor arrumo do cereal durante períodos de secagem na eira. O pavimento do sequeiro era normalmente o da eira, que se prolongava para o seu interior. Os restantes alçados, pelo contrário, deveriam ser essencialmente fechados de forma a proteger o milho dos já referidos elementos destrutivos.

A altura destas estruturas variava consoante o número de pisos, entre um e três, apesar de a maioria apresentar dois pisos: o térreo, destinado a apoiar a eira; e o primeiro piso, onde feno e outros elementos vegetais eram guardados. Geralmente, este tipo de construções possuíam pés-direitos muito baixos, não ultrapassando os 210, 220 cm de altura por piso, dificultando muitas vezes o seu aproveitamento para o desempenho de funções adaptadas aos dias de hoje, nomeadamente a habitação, devido ao pé-direito livre mínimo imposto pela legislação. A padieira, rondando os 40, 50 cm de altura, permitia o ganho de apenas

¹¹ LLANO, Pedro de, citado em *Arquitectura Popular, Ruralidade e Património Construído - a Terra da Maia*, de José Augusto Maia Marques in <http://www.naya.org.ar/>

alguns centímetros no interior.

Em *Espigueiros Portugueses*, Dias, Galhano e Veiga de Oliveira apresentam uma sucinta mas precisa descrição dos sequeiros, apesar de esta evocar o nome feminino *sequeiras*, raramente utilizado: *“As sequeiras são geralmente de dimensões avultadas, situam-se ao nível de um andar, virando para o sul, sobre a eira, uma fachada rasgada de portadas ou empanadas que deixam entrar o sol à vontade (...) As suas funções são mais ecléticas, confundindo, conforme os casos, as da eira e alpendre e as do espigueiro. Quando além dela existe também o espigueiro, a sequeira constitui sobretudo um local coberto e complementar de secagem prévia, quando a eira não é utilizável, e antes da arrumação definitiva das espigas no espigueiro.”*¹²

¹² DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, “Espigueiros Portugueses” in *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, 1ª edição (Portugal de Perto - 33)

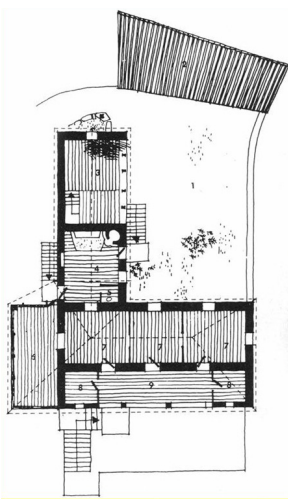


Fig. 20 e 21 - Casa de lavoura, Balazar, Guimarães

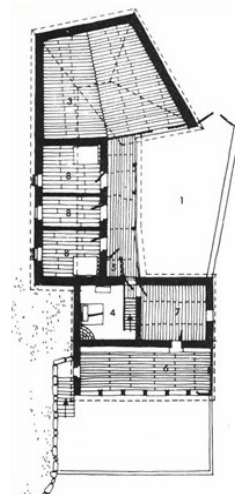


Fig. 22 e 23 - Casa de lavoura, Anta S. Paio, Guimarães

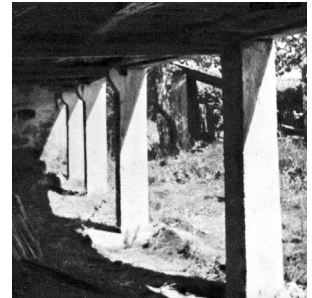
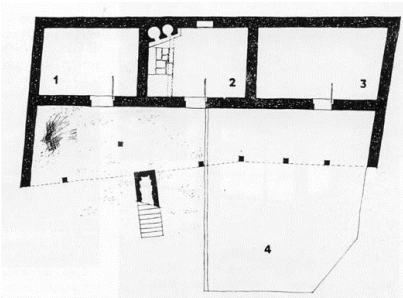
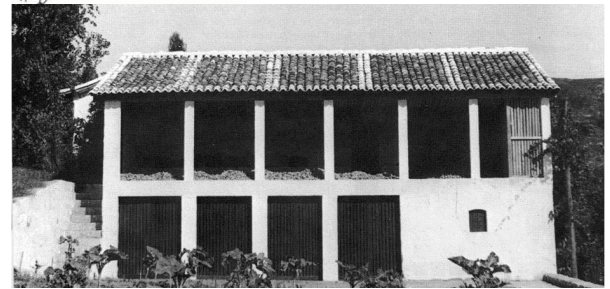


Fig. 24, 25 e 26 - Casa Sequeiro - Casa do Olival, Sobreira, Carapeços, Barcelos

O SEQUEIRO DA CASA DO SANTO

O sequeiro está localizado no lugar de Tresleira, na freguesia de Rossas, pertencente ao concelho de Vieira do Minho, Braga. A Nordeste situa-se a Serra da Cabreira e a Norte o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

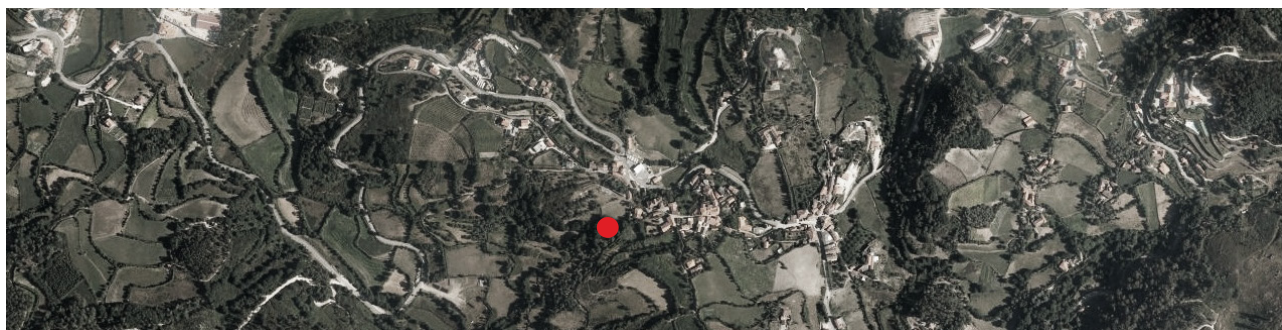


Fig. 27, 28 e 29 - Fotos aéreas - localização do sequeiro

Encontra-se inserido num conjunto de edifícios destinados a formar um complexo de instalações de Turismo no Espaço Rural.

Este conjunto é composto, para além do sequeiro (7), por uma pequena habitação a transformar e localizada nessa mesma parcela de terreno (5), um edifício já reabilitado e transformado no Museu da Bicicleta (4), dois pequenos edifícios que serão transformados em garagens de apoio ao complexo (2 e 3), a Casa-Mãe ou edifício principal - Casa do Santo - que será também reabilitada (1) e o Museu da Mota Antiga, já em funcionamento (6). No terreno, a ladear o sequeiro, apresentam-se dois espigueiros em granito que, no futuro, serão recuperados (8).



Fig. 30 - Planta de localização do edificado componente do complexo de Turismo Rural

A topografia do terreno possui duas partes distintas: a norte observa-se uma área com cota estável (Fig.31), e a sul forma-se um vale cuja profundidade aumenta à medida que se desenvolve nesta direcção (Fig.32).

O núcleo do sequeiro localizava-se a norte e consistia em dois espigueiros (Fig.33 e Fig.34), um sequeiro entre eles, uma eira e uma pequena casa na entrada do terreno a nascente (Fig.35), pertencente ao conjunto de instalações de turismo rural do qual o sequeiro também fará parte. A existência e dimensões de todas estas estruturas - espigueiros, eira e sequeiro - tornaram óbvio o seu passado como pertencentes a uma grande propriedade agrícola.

A delimitar o terreno a nascente é possível observar baixos muros de granito, com menos de 1 metro de altura e uma linha de árvores que o acompanhavam em todo o seu comprimento (Fig.36). Já a poente, o limite era definido por uma elevação do terreno, local onde um dos espigueiros repousava, também este arborizado. A parcela a norte do edifício não fazia parte do terreno, vindo isto a condicionar várias decisões projectuais. Esta continha um casebre abandonado e arborização intensiva, protegendo o terreno.

Ao observar este local, a relação entre a implantação do construído - dois espigueiros e o sequeiro - e a sua envolvente, tornou-se evidente a existência de uma linha de construção que reproduzia, a norte, a forma do vale localizado a sul (Fig.39). A linha de construção concretizava-se num plano vertical de construção, com interrupções, ao longo da zona de cota estável do terreno, criando um movimento horizontal. Desde a entrada no terreno até ao limite sul do espigueiro poente, este plano vertical que acompanhava o percurso era pontuado com um forte ritmo vertical. Inicialmente era sentido nos suportes do espigueiro nascente, depois nos pilares do sequeiro, reforçado pela diferente distância entre pilares nos dois pisos, e finalmente no último espigueiro (Fig. 37 3 Fig.38).



Fig. 31



Fig. 32



Fig. 33



Fig. 34



Fig. 35



Fig. 36



Fig. 37



Fig. 38

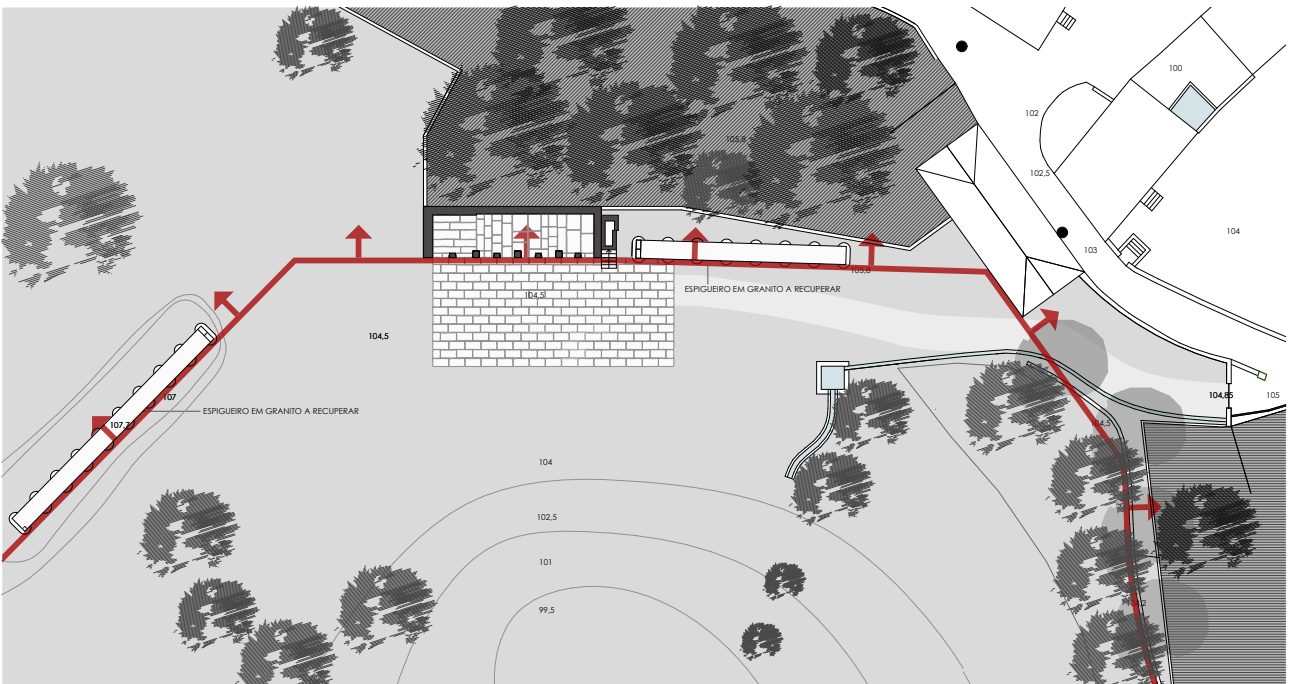


Fig. 39

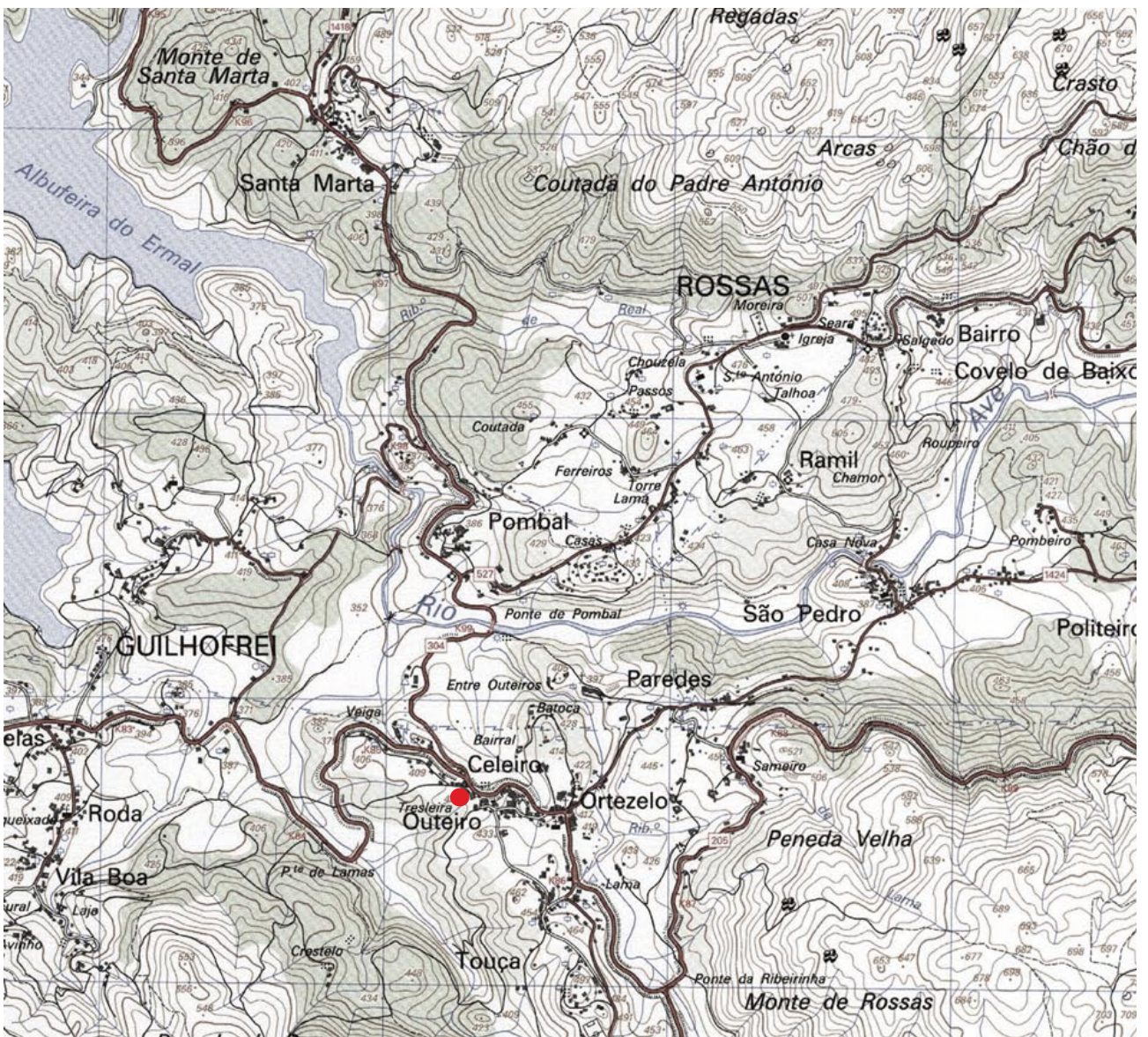


Fig. 40 - Carta Militar, localização do terreno



PROJECTO CONSIDERAÇÕES E MEMÓRIA



RUÍNA - OBSERVAÇÃO E LEVANTAMENTO

A ruína emana memórias.

A ruína de um lugar especial no nosso passado, que desperta em nós a nostalgia, a saudade.

A ruína que evoca um passado distante e desconhecido.

A ruína que exalta o ser humano por levar a sua obra onde ele não consegue ir.

A ruína que nos conforta, que nos fortalece e enfraquece, que nos permite pensar no presente e partir para o futuro.

“Dizem que em cada coisa uma coisa oculta mora.

Sim, é ela própria, a coisa sem ser oculta,

Que mora nela. (...)”¹³

No terreno repousavam as ruínas.

Afirmavam que um dia haviam sido espigueiros e sequeiro. Aparentavam tranquilidade, como se estivessem a observar a passagem do tempo. Ao mesmo tempo encerravam em si a inutilidade e a impotência para intervir. Mas poderiam voltar a desempenhar um papel neste fluir, como um barco que puxa a âncora e segue o seu rumo.

¹³ CAEIRO, Alberto, “Dizem que em cada coisa uma coisa oculta mora”, *Poemas Inconjuntos*, in <http://www.pessoa.art.br/>

O edifício em questão, o sequeiro, era inteiramente construído em granito. Apenas quatro vigas apoiadas nos pilares e na parede norte - três no piso térreo e uma no piso superior - e a padieira do último piso da fachada sul, em madeira, permaneciam no interior do edifício, apesar do seu avançado estado de degradação (Fig.42 e 44).

As paredes norte, nascente e poente obedeciam ao sistema de parede dupla de pedra com elementos pontuais - agulhas ou juntouros - a atravessarem-na a toda a largura. A parede norte, sem aberturas, demonstrava duas fases de construção, perceptíveis na estereotomia da pedra e na variação da sua largura (Fig.41). Uma parte, a poente, com 380cm de comprimento, possuía 75cm de espessura e elevava-se até aos 471cm de altura; a outra tinha 66cm de espessura e apenas se mantinha ao longo do piso térreo, com 276cm de altura. A parede nascente, encerrada no piso térreo, possuía umas escadas anexadas e um vão de porta no piso 1, no local onde as escadas terminavam (Fig.47). A parede poente é a única completamente encerrada com uma forma rectangular perfeita (Fig.46). A fachada sul, a mais diversificada e caracterizadora desta tipologia, eleva-se ao longo de dois pisos, através de um conjunto de pilares e padieiras.

Os pilares do piso térreo dividiam-se em dois tipos, posicionando-se alternadamente. Todos possuíam 60cm de comprimento e a largura alternava entre 37cm e 58cm. Espaçados 145cm entre si, criavam uma métrica de quatro grupos de dois vãos, mais perceptível no interior do edifício (Fig.42 e 43).

No piso 1 os pilares estão espaçados 1 metro entre si e assumem-se mais esbeltos, com 30cm de comprimento por 37 de largura, não havendo variações nas dimensões. Apesar disto é criada uma métrica, pois por cada três pilares existentes no piso superior, correspondiam-lhe dois no piso térreo. A conjugação de diferentes métricas, presente na fachada, torna este sequeiro numa peça rara e invulgar dentro da tipologia (Fig.45).



Fig. 41



Fig. 42



Fig. 43



Fig. 44



Fig. 45

A suportar os pilares do piso superior e pousada nos do piso térreo, encontrávamos a padieira, formada por quatro blocos de granito com comprimentos que variavam entre os 350 e os 400cm, 37cm de largura e 50cm de altura.

O edifício ocupava uma área de 68 metros quadrados, aproximadamente, e as escadas pouco mais de 6 metros quadrados. Devido às grandes espessuras, as paredes norte, nascente e poente consumiam 16 metros quadrados e os pilares da parede sul 7 metros quadrados. Desta forma, o espaço livre interior resumia-se a uma área de 45 metros quadrados.

A sul do sequeiro estendia-se a eira, com 21 metros de comprimento por 9 de largura. A sua observação levou à conclusão de que foi sujeita a duas fases distintas de construção: a primeira, já com o comprimento actual, possuía 5,74 metros de largura, sendo na segunda alcançados os 9 metros. As pedras da eira, em granito, possuíam diferentes dimensões, mas rondavam os 140cm por 70cm.

A preservação da ruína do edifício foi uma certeza inicial. Manter presente, num lugar, um edifício que, apesar da sua nova função, irá evocar uma memória, a memória de uma existência secular.

Como Hélder Pacheco clarifica, *“A lembrança da temura das coisas e dos lugares, de tudo o que constitui, depois, as tradições, não é um ritual fúnebre, uma intenção passadista. É antes um acto assumido de indagação e conhecimento simples ou complexo - que justificam a compreensão da herança que nos foi legada no presente em que nos foi dado participar, para projectarmos os amanhã em que valha a pena viver.”*¹⁴

¹⁴ PACHECO, Helder, *Portugal: património cultural popular*, Porto, Areal, 1985, 1ª Edição (Volume 1- O ambiente dos Homens)



Fig. 46



Fig. 47

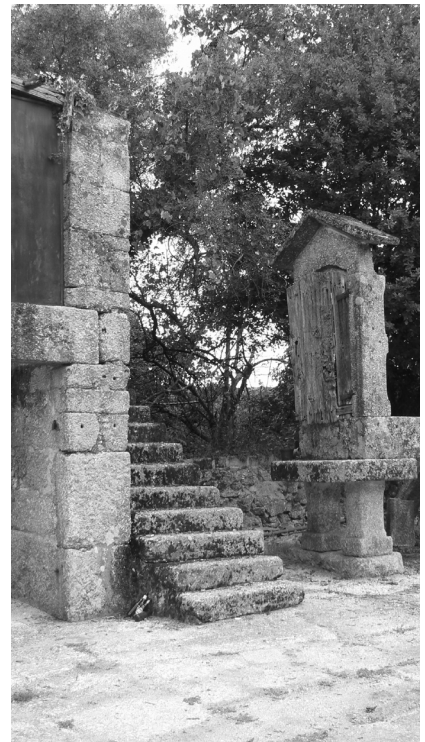


Fig. 48



Fig. 49



Fig. 50

DOIS CASOS SEMELHANTES

No decorrer deste exercício tornou-se óbvia a necessidade de recorrer ao estudo de outros projectos, já realizados, com premissas semelhantes. Desta forma, iniciou-se a pesquisa sobre algumas destas obras.

O estudo foi concentrado em duas abordagens distintas, uma do Arq. Pedro Macedo e outra do Arq. José Gigante. Para uma melhor compreensão de ambos os projectos foram realizadas entrevistas aos arquitectos. Os casos foram escolhidos com base nas problemáticas distintas implicadas nestas obras, e consequentes soluções adoptadas.

Um passeio pelo Vale do Ave permitiu descobrir vários sequeiros, alguns com o aspecto correspondente às suas datas de construção, ainda hoje em actividade, outros inutilizados e abandonados na paisagem, e outros já modificados e adaptados a usos contemporâneos, maioritariamente relacionados com Turismo Rural.

O percurso foi feito entre muros tipicamente minhotos, construídos com pedras graníticas com diferentes formas e tamanhos, solidificados através de elementos vegetais que aí se desenvolveram ao longo de séculos de ocupação humana. Estes muros assumem com dignidade a passagem do tempo e contribuem para um certo carácter identitário desta zona do território.

Era atrás de um destes muros que se encontrava um dos sequeiros estudados.

Após a entrada no terreno, o sequeiro apresentava-se a uma cota mais baixa, orientado a sul como seria de esperar, e com dimensões bastante mais generosas do que o sequeiro motivador deste trabalho teórico-prático. A intervenção havia sido realizada pelo Arquitecto João Pedro Macedo, de modo a transformar este antigo edifício de carácter agrário num edifício adaptado às necessidades actuais implicadas no desempenho da função de habitação privada.

Com 27 metros de comprimento e quase 7 de altura, a fachada revelava um dia ter servido grandes plantações de milho e feijão, bastante reduzidas e quase imperceptíveis aquando da visita. O edifício tinha 15 metros de largura, mas a cobertura e o muro de suporte na face nascente elevavam esta dimensão para 21 metros. Como seria de esperar, a eira repousava a sul do edifício, partilhando os limites nascente e poente do edifício.

O edifício havia sido mantido quase na sua totalidade à excepção do último vão do lado poente no piso superior que havia sido retirado pois, devido à proximidade a um grande declive não pertencente ao terreno, criava a possibilidade de desabamento da parede. Associada a esta opção, surgia uma varanda voltada a poente, que ocupava metade do comprimento desta fachada, cuja guarda em vidro completava o gaveto do edifício. Sob esta varanda que contemplava todo o vale encontrava-se um espaço coberto exterior que permitia usos associados a estas características e estabelecia uma transição para uma zona mais resguardada do espaço exterior junto à fachada norte.

Foi construído, na fachada sul, lado nascente, um anexo exterior, um espaço coberto mas aberto que desempenhava a função de apoio à garagem, localizada no interior do edifício. Este espaço era conseguido com apenas um pano de parede em granito e a nova cobertura de duas águas que se prolongava sobre este e se apoiava, a poente, nesta parede. Esse apoio era feito através de um elegante perfil metálico que não encerrava o espaço, permitindo a entrada de luz e a percepção do resto do volume. Do lado nascente, esta parte da cobertura apoiava-se, segundo o mesmo esquema, num muro de pedra que encerrava um espaço de arrumos.

O granito da antiga estrutura, o alumínio dos caixilhos e o branco da nova estrutura assumiam-se como materiais predominantes no exterior, sobretudo a nível vertical. A nível horizontal sobressaía o uso da madeira como remate inferior das varandas, localizadas a sul e a poente, e do beiral na cobertura. A telha da nova

cobertura de duas águas rematava a imagem da composição arquitectónica.

Na fachada principal, a nova estrutura aparecia recuada relativamente à fachada de pedra original. No piso térreo esta distância resumia-se a um espaço que permitisse o bom funcionamento da nova estrutura, 2cm aproximadamente. No piso 1 a distância estabelecida era maior, 185cm, criando assim uma varanda coberta até ao anexo, onde uma outra varanda surgia. Esta última apoiava-se, num dos lados, na parede de granito perpendicular à fachada, projectando-se para fora do plano da fachada.

A área disponível no interior era suficiente para realizar o programa, logo, permitiu o trabalho do espaço de forma mais dinâmica. Este pode ser observado na criação de zonas com pés-direitos duplos que enriquecem alguns espaços comuns, como a sala de estar e a cozinha, e na variação das cotas de pavimento no piso térreo, tanto no interior como no exterior, e na relação estabelecida entre eles. Todos estes elementos e a qualidade que proporcionam aos diferentes espaços tornam o edifício numa peça arquitectónica distinta.



Fig.51



Fig.52

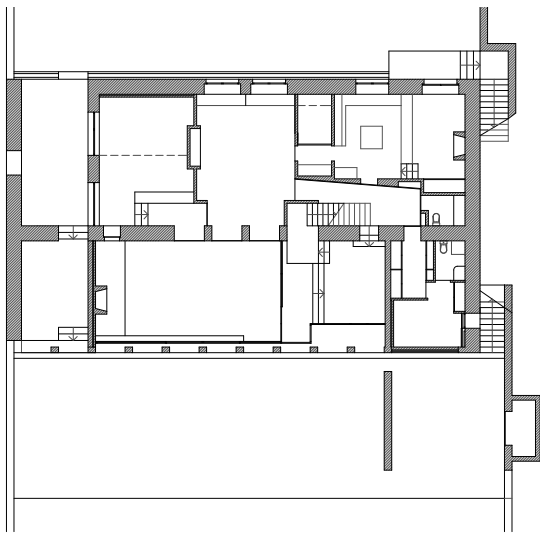


Fig. 53 - Planta do piso térreo

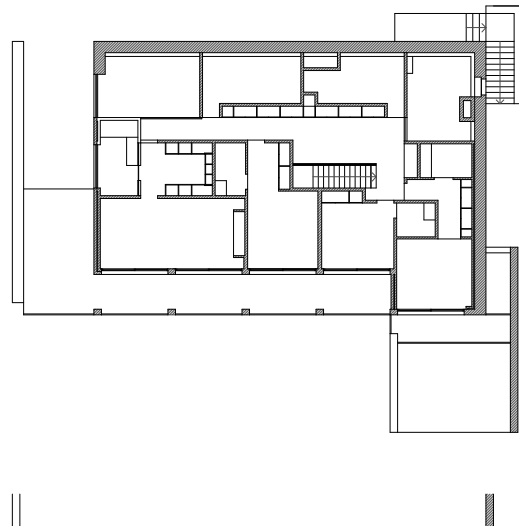


Fig. 54 - Planta do piso 1



Fig. 55



Fig. 56



Fig. 57

Um outro caso, em Guimarães, um sequeiro transformado pelo Arquitecto José Gigante, permitiu o estudo de uma abordagem diferente à reutilização de um sequeiro, também este para habitação privada. Neste caso, o sequeiro original foi transferido para uma nova localização devido à impossibilidade de manutenção no local preexistente, que iria ser urbanizado. Na nova implantação a orientação a sul da fachada principal foi mantida. Foi também construída uma pequena adega perto do sequeiro, a pedido do cliente.

A sul do sequeiro estendia-se a eira, ocupando todo o comprimento do edifício. O sequeiro, com seis módulos, havia sido ampliado em dois módulos através da reutilização de peças graníticas já existentes, resultantes da demolição do sequeiro e de outros edifícios. O edifício preexistente possuía quatro vãos com dimensões reduzidas e variadas que se haviam revelado insuficientes para desempenhar a função para o qual foi requisitado - habitação privada - e a conter a área implicada na viabilização do programa. Este consistia na criação de áreas comuns - espaço de estar, refeições, cozinha e instalações sanitárias - e três quartos. Logo, o arquitecto optou por regularizar e aumentar a dimensão dos vãos e a profundidade do edifício.

A fachada sul era dominada por grandes vãos, contrariamente às restantes onde foram abertas três pequenas janelas: no piso térreo uma a nascente e outra a poente, e no piso 1 uma a norte. Na parede norte foi também construída uma porta, a entrada principal do edifício, permitindo o fecho das portadas pelo interior e uma saída mais cómoda.

A sul, o sombreamento do edifício foi realizado através do recuo do plano da caixilharia relativamente ao plano de fachada, juntamente com a utilização de portadas de madeira. As portadas evocavam o sistema original usado nestas estruturas agrárias e funcionavam também como sistema de ventilação. Estas eram recolhidas para trás da estrutura de granito - pilares - através de um sistema de fole e possibilitavam a abertura parcial ou encerramento através de um minucioso trabalho de carpintaria. O plano da caixilharia, por se encontrar

recuado relativamente à estrutura, permitia o bom funcionamento das portadas e da própria caixilharia – janelas de correr.

As paredes do edifício são em pedra e a restante estrutura é em ferro, incluindo a cobertura. Na fachada sul foram usados esteios e nas restantes paredes alvenaria de pedra maciça. O acabamento interior das paredes era em gesso cartonado, reservando assim o espaço para o isolamento térmico necessário devido à reduzida espessura das paredes – 30 cm maioritariamente – e consequente fraca inércia térmica. A cobertura era ventilada através do assentamento do zinco num estrado de madeira descontínuo e inclinado que os afastava do tecto falso do piso 1, onde o isolamento está colocado. Esta estrutura associada ao espaçamento de 2 cm entre o rufo e as paredes permitia a circulação de ar entre estes dois estratos. Também o isolamento térmico foi redobrado nesta zona de forma a combater o aquecimento do edifício que poderia decorrer do uso de zinco. Um perfil de ferro metalizado e um algeroz de chapa de zinco rematavam horizontalmente a cobertura na fachada sul, anulando a antiga padieira.

O pavimento do piso térreo, no seguimento da eira, é em tijoleira de barro de forma a que as preocupações com a limpeza e manutenção do espaço fossem minimizadas. No piso 1, nos espaços privados, o pavimento eleito foi o soalho em Afzélia.

Elementos do antigo sequeiro foram resgatados, como a orientação a sul, os grandes vãos na fachada principal, as portadas, e novos foram introduzidos, tais como a estrutura, o remate exterior e o material da cobertura. Este caso de estudo consiste num exemplo de reinvenção e transfiguração de um sequeiro. A mudança de função e consequente incapacidade de viabilização do programa a partir do edifício preexistente resultou no assumir da ampliação e consequente transformação do edifício.

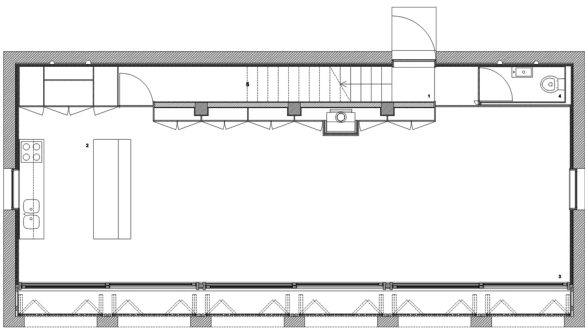


Fig. 58 - Planta do piso térreo



Fig. 60

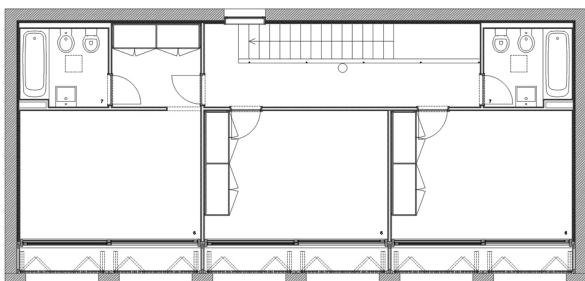


Fig. 59 - Planta do piso 1



Fig. 61



Fig. 62



Fig. 63



Fig. 64

PROGRAMA

O projecto surgiu do desejo do cliente de transformar este grupo de edifícios, ao qual o sequeiro pertence, que se encontravam desaproveitados e inutilizados, num complexo destinado ao Turismo no Espaço Rural.

A existência de um Museu do Motociclo, a abertura de um mais recente Museu da Bicicleta, e a conseqüente procura de alojamento, por parte de visitantes, tanto a nível nacional como internacional, foram uma forte motivação para a decisão de transformar este conjunto de edifícios já degradados em instalações apropriadas para receber Turismo no Espaço Rural.

Localizados numa pequena aldeia com forte carácter rural, era importante manter o máximo possível do existente, de forma a preservar a sua essência e os laços com a envolvente. Desejava-se manter a ruralidade e uma certa rusticidade pelo qual seriam requisitados no desempenho da sua nova função mas, ao mesmo tempo, proporcionar o máximo de conforto aos futuros utilizadores.

O pressuposto Turismo no Espaço Rural permite a acomodação de visitantes em zonas rurais, impulsionando ao mesmo tempo a preservação dos edifícios, da cultura rural e da tradição. É uma forma de valorizar a arquitectura com maior ou menor erudição, e dos modos de vida tradicionais, cada vez mais distantes do ritmo de vida contemporâneo. O facto de muitas famílias ainda viverem muito próximo ou até nas próprias casas torna a estadia mais aprazível, concedendo ao turista uma visão aprofundada dos modos de vida e costumes locais.

O início deste tipo de turismo remonta a cerca de três décadas atrás, nas zonas de Ponte de Lima, Vila Viçosa, Vouzela e Castelo de Vide, e actualmente é constituído por três tipologias de alojamento: o Turismo de Habitação (1978), o Turismo Rural e o Agro-turismo (1986/8).

Segundo esta classificação e a legislação em vigor, o edifício em questão enquadra-se na tipologia de Turismo Rural, mais especificamente, Casa de Campo.

Consideram-se instalações de Turismo Rural, ou Casas Rústicas: *“As que, pela sua arquitectura e demais características, se integrem no meio rural, situando-se em aglomerado populacional ou próximo dele.”*¹⁵ (Consultar anexo - Legislação de Turismo no Espaço Rural). Logo, concluiu-se que o futuro edifício inserir-se-à nesta categoria.

Mais especificamente, este enquadra-se na tipologia Casa de Campo pois: *“São casas de campo os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que prestem serviços de alojamento a turistas e se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local.”*¹⁶ (Ver anexo)

Estas iniciativas permitiram a abertura de novos capítulos no sector turístico e económico português através da dinamização da economia local, abrandando o declínio da agricultura, um sector ainda tão presente na paisagem e na economia portuguesa, e a desertificação.

Actualmente o TH - Turismo de Habitação e o TER - Turismo no Espaço Rural são regulamentados pela Legislação - TURISMO DE HABITAÇÃO e TURISMO NO ESPAÇO RURAL, através do Decreto-Lei nº 39/2008, 20 de Agosto, que consagra o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, e pela Portaria nº 937/2008 que estabelece os requisitos mínimos de funcionamento dos empreendimentos de TH e TER - Turismo no Espaço Rural (Agro-turismo, Casas de Campo, Hotéis Rurais e Turismo de Aldeia).

¹⁵ <http://www.center.pt/PT/legislacao.php>

¹⁶ Diário da República, 1.ª série, N.º 160, 20 de Agosto de 2008, Portaria n.º 937/2008, SECÇÃO I, Objecto e noções, Artigo 5.º

O programa, pedido pelo cliente, consistia na criação de um conjunto de espaços interiores e exteriores que satisfizessem as necessidades básicas dos futuros utilizadores - maioritariamente turistas - e, simultaneamente, mantivessem o carácter rural procurado neste tipo de turismo, segundo os padrões de conforto das habitações actuais. Este assentava no objectivo de proporcionar uma experiência agradável a todas as faixas etárias. Concluiu-se que se deveriam criar diferentes zonas que possibilitassem uma apropriação pessoal do espaço, consoante o motivo da escolha da instalação como destino de férias e a própria disposição do usuário. fosse esta de relaxamento ou de diversão.

O piso térreo deveria ser destinado aos espaços de carácter comum, ao invés do piso 1, que deveria ser reservado aos espaços privados. Eram requeridos: um espaço de estar e jantar, um espaço de preparação de comida, uma pequena zona de arrumos, um bengaleiro, uma instalação sanitária de serviço para o piso térreo e dois quartos com as correspondentes instalações sanitárias privativas no piso superior.

A nível de exteriores era requerida uma piscina, uma zona de vestiário de apoio e a recuperação dos espaços exteriores na proximidade do edifício, de forma a criar um ambiente propício ao descanso e ao lazer, sendo a privacidade um requisito fundamental.

Visava-se manter o carácter rústico que enquadrava o edifício na paisagem e no ambiente social local, mas simultaneamente, a nível de conforto interior e de área exigida pelo programa, mudanças eram requeridas.

As opções arquitectónicas - formais e construtivas - não tiveram condicionantes ou entraves, à excepção dos custos, devido à sua inserção num projecto mais abrangente que implicava a transformação de outros edifícios. Para que o projecto de intervenção global fosse elegível na candidatura ao subsídio de apoio a este tipo de turismo, Turismo no Espaço Rural, o custo total não poderia ultrapassar os 300 000 euros. Estima-se

que o custo do metro quadrado do edifício rondará os 750 euros. Logo, com uma área de aproximadamente 72 metros quadrados por piso, 144 no total, o custo do edifício deve rondar os 110 000 euros, tendo como limite 150 000 euros. A nível de arranjos exteriores estima-se um custo total de 25 000 euros, dos quais 20 000 estão destinados à construção da piscina, do balneário e casa das máquinas. Os restantes 5 000 euros serão aplicados no arruamento, nos bancos e elementos de vegetação.

A abordagem à materialização do projecto por parte do cliente foi bastante livre e apresentada como um voto de confiança, sabendo que este seria acompanhado e supervisionado pelo arquitecto Pedro Macedo. Este facto permitia assegurar o controlo das questões orçamentais e que as decisões projectuais, e consequente concretização, não iriam ser prejudicadas pela inexperiência.

MATERIALIZAÇÃO. OPÇÕES FORMAIS

“Um outro ponto, entre tantos, nos preocupa igualmente: o da realização de obras novas junto de obras de valor construídas pelo passado ou em ambientes que o passado construiu e bem assim o que se refere às alterações de estruturas antigas por efeitos de uma fatal evolução dos tempos.

Devem referir-se, quanto a este ponto, dois aspectos de importância: em primeiro lugar, que o conceito de “monumento” vigente entre nós terá de ser amplamente revisto no sentido de ultrapassar este ou aquele edifício mais ou menos erudito, de história mais ou menos conhecida, para abarcar ambientes mais vastos e edifícios mais humildes; em segundo lugar, referir que a obra do passado constituindo um valor cultural do espaço, e porque este é irreversível, não podendo vir a ser o que já foi ou mesmo continuar a ser o que foi, como já tivemos oportunidade de afirmar, não deverá ser actualizada pela utilização do “pastiche”, solução que denuncia apenas a incapacidade de encontrar aquela outra que, por contemporânea, possa ombrear – sem ofuscar nem ser ofuscada – com o valor que o passado nos legou.”¹⁷

Como já foi referido anteriormente, o núcleo edificado do terreno – sequeiro e espigueiros – obedecia a uma linha, a nível de implantação, que corporalizava a forma do vale que se encontrava a sul, como uma última curva de nível. Materializada num plano vertical de construção, assumia-se como um limite físico, onde todos os elementos construídos que pressupunham um espaço interior aconteciam para trás deste limite. Este plano, apesar das pausas, impunha-se como uma forte pré-existência que merecia ser respeitada. Desta forma, estabeleceu-se que a construção que adviesse do projecto deveria respeitar esta mesma linha.

O plano vertical que acompanhava o percurso era dinamizado por uma sucessão de elementos verticais, com diferentes ritmos e dimensões, constituintes dos espigueiros e sequeiro. O primeiro que surgia era o espigueiro localizado a nascente, perto da entrada do terreno, com 18,70 metros de comprimento. Nesta parte, os elementos dinamizadores eram os suportes onde o pavimento se apoiava. Dotados de grande robustez, eram constituídos por quatro peças graníticas, sendo que as peças superiores, com 116cm, estavam

¹⁷ TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, Porto, 1962, FAUP Publicações, 5ª Edição, 2004

espaçadas 127cm e as intermédias, com 41cm de largura, 203cm.

A premissa presente desde a primeira observação do local era a conservação da estrutura do sequeiro – paredes e pilares. A ruína do antigo sequeiro exigia uma nova estrutura, principalmente no alçado sul. Era perceptível a sua insuficiência para suportar cargas e futura instabilidade, tendo-se assumido desde o início que a nova estrutura deveria estar recuada relativamente à fachada preexistente.

A área disponível dentro do edifício, em dois pisos, 90 metros quadrados aproximadamente, revelava-se insuficiente para o programa requerido. A Norte o terreno não pertencia ao cliente, a Nascente encontravam-se as escadas que teriam dado acesso ao piso superior do sequeiro, a Sul estendia-se a eira que se desejava intacta pela sua importância como complemento da identidade do edifício, e a Poente o terreno abria mas surgia também como o espaço mais indicado para a zona de estar exterior.

De forma a comportar o programa sem alterar as paredes existentes e perante a óbvia necessidade de aumento de área disponível, decidiu-se eliminar as escadas da fachada nascente. A sua proximidade ao espigueiro localizado a nascente, distância inferior a 1 metro, impossibilitava qualquer intervenção construtiva e a colocação das zonas privadas no piso 1 inutilizava-as (Fig.48). Ponderou-se manter as escadas e incorporá-las no novo edifício mas as soluções possíveis estavam muito restringidas pela área que estas ocupavam e pela função que poderiam desempenhar. Logo, assumindo que se estaria a abdicar de um elemento caracterizador do edifício, optou-se por remover este acesso vertical para que o projecto pudesse enriquecer.

A proximidade entre o edifício preexistente e o espigueiro nascente, 2,66 metros sem as escadas, tornou a ocupação do espaço cautelosa.

O espaço agora livre, entre o sequeiro e o espigueiro a nascente, será utilizado para um prolongamento da casa. O prolongamento para o exterior dos limites do antigo sequeiro, para nascente, desejava-se coeso relativamente à restante intervenção arquitectónica, e que constituísse o remate da nova cobertura, a consolidação e afirmação do novo edifício. Aqui o novo edifício ficará completo, as duas fases de construção irão finalmente dialogar.

Este deveria elevar-se ao longo dos dois pisos da nova estrutura que surgia dentro do sequeiro, por motivos formais e programáticos. A nível formal, este elemento era importante para concretizar a ideia projectual que moldou o edifício – o assumir de dois momentos distintos no tempo, em que ambos coexistem e concretizam um novo e enriquecido presente. O material escolhido para revestir o volume veio complementar esta aspiração, reforçando a importância da passagem do tempo numa obra de arquitectura.

A nível de concretização do programa, o aumento da área nos dois pisos também se revelava necessário, de forma a incorporar instalações sanitárias. No piso térreo, esta área, acedida através do espaço de entrada do edifício, será ocupada por uma pequena zona de bengaleiro e uma instalação sanitária de serviço.

O restante espaço, dentro do antigo edifício, comportará o espaço de preparação de comidas (no lado nascente) seguido das escadas, que darão acesso ao piso superior numa zona intermédia do edifício, permitindo a facilidade de distribuição. Estas irão também conformar o espaço de estar e comer, que se desejava mais aconchegante. A madeira deste elemento trará conforto a este espaço, em que tanto as paredes como o pavimento serão em granito. Este mesmo motivo, associado à necessidade de criar arrumos, levou à criação de um móvel encerrado sob o vão das escadas, até à cota do patamar intermédio, com aberturas para sul e para a zona de refeições. Visto este estar voltado para o lado da zona de refeições, de forma a servir aquele espaço, e para que a permeabilidade visual seja mantida, optou-se por transformar o restante espaço entre o

móvel e os degraus das escadas até ao piso superior em prateleiras com o espaçamento da altura de dois degraus entre si. O outro lanço, voltado para a cozinha, ficará solto, de forma a aumentar a sensação de espaço e a atenuar o efeito de barreira visual e isolamento que se poderia sentir durante o uso da cozinha.

A zona de estar, maioritariamente em granito, e numa relação privilegiada com a eira e o restante espaço exterior, parecia frio e pouco convidativo durante a estação invernal. Durante períodos de calor haverá a possibilidade de abrir todas as janelas de correr, arejando o edifício. Isto permitirá descansar e fazer refeições enquanto a Natureza vai entrando no edifício, através de ruídos, odores e imagens. Mas este edifício deveria proporcionar conforto aos futuros utilizadores, hospedá-los, tanto nos dias de frio como de calor. Logo, decidiu-se instalar um fogão de sala, peça predominante nas cozinhas das habitações rurais, que funcionará como o centro deste espaço durante estações frias. A ruralidade associada a este elemento, presente em quase todas as habitações envolventes, o seu fácil manuseamento, o conforto e a beleza que proporciona e o modo de estar que evoca torná-lo-ão uma peça fundamental nesta habitação. Desejava-se incentivar o habitante do edifício a apropriar-se do espaço, a torná-lo seu durante o período de tempo em que este o abrigava, de forma a que este se sentisse hospedado num espaço que não deixa de ser transitório.

No piso superior, estarão localizados os dois quartos com as respectivas instalações sanitárias privadas. A distribuição será feita através do patamar de chegada das escadas, numa zona bem iluminada por uma janela que ocupa toda a largura do vão. Ambos os quartos terão um armário embutido em madeira, situado do lado das escadas, de forma a maximizar o espaço e dispensar a aquisição de mobília que poderia dificultar a organização do espaço. A madeira do soalho, portas, armários e rodapés, a alvenaria de granito das paredes preexistentes, o gesso cartonado pintado de branco, tanto nas novas paredes como no tecto falso, e os grandes planos envidraçados voltados a sul conformarão estes espaços privados que se desejam propícios ao descanso.

A insuficiência de área no antigo volume determinou que o novo volume construído constituísse a instalação sanitária de um dos quartos, sendo que a porta será colocada no vão aí já existente. O vão tinha 120cm de largura no lado do quarto e 110cm no lado da instalação sanitária, e a nova porta não iria ultrapassar os 80 cm de forma a maximizar o espaço livre. Determinou-se a criação de um móvel com prateleiras que encerrasse o vão, permitindo a criação de plano de parede para que a porta tivesse espaço para recolher no interior do quarto de banho. Esta era também uma forma de fazer a transição para o novo volume, assumir e utilizar a preexistência adaptando-a para as demandas do presente. Nos quartos, as paredes serão em gesso cartonado pintado de branco e em alvenaria de granito, as já existentes.

O novo volume deveria estabelecer uma descontinuidade visual com o volume de granito já existente, através da forma e dos materiais, mas manter a uniformidade com o volume que se elevava dentro da antiga estrutura. De forma a reforçar a dicotomia entre as duas idades do edifício, o volume será revestido a cobre. A cor deste material, pela sua capacidade de mutação, terá um papel crucial no modo como o edifício será percebido ao longo do tempo.

Tal como Kandinsky afirmou, a cor como atributo de qualquer elemento físico tem a capacidade de despertar diferentes impressões em diferentes observadores: *“Em geral, a cor é, pois, um meio para exercer influência directa sobre o espírito. A cor é a tecla. O olho é o martelo. O espírito é o piano com inúmeras cordas. O artista é a mão que oportunamente faz vibrar o espírito do homem segundo o seu capricho, através desta ou daquela tecla.”*¹⁸

A fenestração neste volume resume-se a duas pequenas janelas voltadas a nascente, uma em cada piso, contrariando a tendência das grandes aberturas a sul, na parte do edifício já existente.

¹⁸ DUCHTING, Hajo, Wassily Kandinsky in *Wassily Kandinsky*, Taschen, Edição exclusiva para o jornal Público, 2004, p.17

Apesar de 30cm mais baixo do que o volume principal, este rematará verticalmente a faixa horizontal de 85cm de cobre que pousa sobre a antiga estrutura de pedra, formada pela nova padieira e cobertura. Esta opção assegurou a desfragmentação formal da intervenção e impediu a massificação do conjunto que poderia decorrer do uso do cobre em vários elementos - chaminé, cobertura, padieira do piso 1, revestimento exterior, elementos de ventilação e pala na zona de entrada.

A forma do volume foi-se materializando num paralelepípedo posicionado verticalmente. Estabeleceu-se que este não deveria estender-se até ao plano da fachada de granito, de forma a reforçar o efeito de duas camadas, hierárquicas, estando este na camada mais recuada. A fachada do edifício preexistente revelava-se como um plano cénico, onde a nova estrutura se erguia atrás, devendo esta estar encerrada e em primeiro plano.

Assim, optou-se por recuar em 90cm o novo volume em relação à fachada principal, distanciando-o também do espiguelo nascente 1 metro de forma a permitir a passagem. No piso 1, esta distância - 100cm - foi reduzida para 75cm visto a passagem já não ser uma preocupação, apenas a proximidade à estrutura que o ladeia. As distâncias foram estabelecidas entre o plano do alçado nascente e a peça de suporte do pavimento do canastro que conforma os limites horizontais da peça. No piso superior, aproximadamente a meio do plano da fachada nascente, há um alargamento para nascente do volume de 30cm. Este plano rebatido sobre um eixo vertical para o exterior quebrava a ortogonalidade da intervenção sem estabelecer uma ruptura que pudesse danificar a leitura geral do projecto. Na fachada principal, a sul, a quebra no volume estendia-se no alinhamento da cota inferior da padieira do antigo sequeiro. A pala que nasce desta mesma padieira, no espaço de entrada do edifício, iria reforçar esta tendência horizontal que subtilmente se contrapunha ao forte ritmo vertical que o edifício apresentava, reforçado pelo cobre.

As linhas hidrográficas do terreno contrariavam, perpendicularmente, a linha de construção – eixo nascente/ poente, assumindo o seu curso em direcção ao vale que surge a sul. Logo, concluiu-se que a piscina deveria reproduzir o movimento natural da água neste terreno, segundo esse mesmo eixo – norte/sul.

O local onde esta iria estar localizada, do lado poente do edifício, encontrava-se abandonado e sem condições para que pudesse receber um espaço de estar exterior e de apoio a uma piscina. Devido à inexistência de muros a norte e poente, zona com moradias, a privacidade nesta zona do terreno era escassa. A nascente, este espaço era limitado pelo sequeiro e pelo muro do terreno do vizinho. A poente, onde o limite do terreno era mais afastado do sequeiro, e a norte, existia uma rede metalizada com pouco mais de 1 metro de altura que impedia apenas o trespasse, A norte, logo depois da rede, o topografia do local definia um declive que afastava o terreno da rua que passava em baixo. A sul apresentava-se o vale, a melhor vista do terreno.

Decidiu-se então criar uma barreira visual – uma sebe de loureiros – com 2 metros de altura que rodeasse todo este espaço de forma a conquistar a privacidade requerida. Para reforçar a impermeabilidade visual deste espaço e, principalmente, enriquecê-lo e torná-lo mais agradável, determinou-se plantar faias, a norte e poente, e árvores de citrinos, a nascente, à volta dos loureiros. Optou-se pelas faias devido à sua forma esbelta, que vai alargando com o passar dos anos, e a serem árvores caducas, que demonstram a passagem do tempo e adquirem diferentes tonalidades consoante as estações, aproximando a Natureza e os seus ciclos da vida do Homem. A nascente, visto não serem necessárias árvores tão altas, irão ser plantados um limoeiro, uma tangerineira e duas laranjeiras para abastecerem a habitação. Nos lados nascente e norte transpôs-se a ortogonalidade que predomina no projecto para o muro. No lado poente, por ser a parcela do muro mais afastada e, conseqüentemente, mais liberta do edifício e por se desejar criar um espaço exterior que envolva o utilizador e abra o seu campo de visão para o vale, optou-se por desenvolver a sebe num plano curvo.

A piscina e seus componentes pretendiam-se ao mesmo nível do terreno envolvente e pavimentos exteriores, nomeadamente o relvado e o deck de madeira. Não se desejava muito funda por questões de segurança relacionadas com a utilização por parte de crianças. Logo, determinou-se que a sua altura deveria variar entre 105 e 160cm de altura e que esta possuísse um rebordo ao nível da água. A faixa que percorrerá todo o exterior da piscina será definida pelo topo da parede da piscina juntamente com a grelha de escoamento, que cobre a calha de transbordo. À volta desta faixa estará uma outra composta por um lajeado de pedra com 5cm de altura. A pedra escolhida para a concretização deste rebordo foi o granito por uma questão de coadunação com a restante pedra utilizada no complexo edificado deste terreno, juntamente com a eira.

No exterior revelava-se necessária a construção de um balneário que apoiasse a zona da piscina e uma zona destinada a receber a casa de máquinas de apoio ao funcionamento da habitação, nomeadamente a caldeira e o restante equipamento. Decidiu-se juntar estes dois espaços num volume cúbico com 3 metros de altura por 3 de largura e profundidade, próximo da fachada poente do edifício. Isto facilitava a entrada das tubagens no edifício e a futura manutenção. O volume no interior iria estar dividido a meio, sendo que o balneário terá uma zona com um banco e um cabide e uma outra com um chuveiro, sem qualquer barreira vertical.

O espaço vazio existente entre o sequeiro e o espigueiro poente marcava uma forte quebra nos ritmos vertical e horizontal, já referidos. Desta forma, surgiu a ideia da construção de uma pérgola que reestabelecesse a ligação entre os dois elementos que a ladeavam. A adição deste novo elemento não iria redefinir a linha de construído mas criar uma transição ambígua entre os dois. O ritmo era restabelecido através da continuidade dos elementos verticais, apesar de estarem avançados relativamente ao plano de construção do terreno. Esta excepção foi criada para que a ligação entre o edificado obtivesse uma maior tridimensionalidade e justificava-se devido ao carácter permeável desta estrutura. Concretizar-se-á em dois planos, ambos avançados relativamente ao plano do sequeiro. A pérgola cobre um deck de madeira e um percurso entre este

e a eira em lajeado de granito, igual ao da zona da piscina. Será constituída por 12 pilares de granito de base quadrangular, com 34cm de lado e 226cm de altura, afastados 266cm entre si. Sobre os pilares assentará uma estrutura de ferro de forma a conseguir um espaço sombreado.

Esta irá estabelecer uma relação de continuidade com o edifício através do alinhamento do seu limite superior com o limite inferior da padieira e a quebra no novo volume. Futuramente sombreada por vinhas, irá apoiar a zona da piscina, permitindo desfrutar de refeições ao ar livre num local fresco. Será também um local para desfrute da paisagem, estabelecendo um espaço intermédio entre o espigueiro e o sequeiro, acedida através da eira.

Na eira, junto ao vértice noroeste, será colocado um banco de granito com 272cm de comprimento por 80cm de largura, com 60cm de altura, composto por quatro peças, dois estratos de duas peças dispostas longitudinalmente, com as mesmas dimensões das pedras da eira. No seguimento da parede poente, este irá definir o percurso entre a eira e a zona da pérgola e hierarquizar os espaços exteriores, tornando secundário o espaço que envolve o volume do balneário. A criação deste elemento de repouso com relação visual com o interior do edifício atenuará a sensação de separação entre o espaço interior e o exterior, aproximando-os.

MATERIALIZAÇÃO. ASPECTOS CONSTRUTIVOS

A observação da ruína permitia perceber a robustez das paredes nascente, norte e poente, contrariamente à fragilidade da fachada sul. Tornou-se óbvia a incapacidade da fachada sul suportar a futura estrutura do edifício. Logo, assumiu-se que esta fachada deveria desempenhar o papel de plano cénico, construindo a estrutura vertical do novo edifício, a sul, num plano recuado. Este processo iria reforçar e estabilizar a antiga fachada.

A largura das paredes variava entre 65 e 80cm e os pilares da fachada sul alcançavam 58cm, no piso térreo. A largura do edifício não permitia uma ocupação do espaço descontraída, logo concluiu-se que a melhor opção para a fachada sul seria a implementação de uma nova estrutura metálica, que requer menos espaço e estabelece uma harmónica dicotomia estrutural com a robustez da pedra.

A Norte seria utilizada a parede preexistente, cuja largura variava entre 75cm (a parcela poente da parede) e 65cm de largura (a parcela nascente da parede). Ao contrário da parcela poente que se elevava até 471cm de altura, a parcela nascente tinha apenas 276cm de altura. Era necessário um prolongamento vertical de toda a parede, de forma a encerrar o edifício, a proporcionar os pés-direitos mínimos exigidos e a suportar a cobertura. Este plano vertical será constituído por uma parede de alvenaria de tijolo impermeabilizada com pintura asfáltica, seguida de isolamento térmico - placas de poliestireno extrudido -, com revestimento exterior em cobre, que se elevará até 557cm de altura.

A parede nascente será mantida tal como se encontra, sendo apenas aberto um vão no piso térreo que dará acesso ao bengaleiro e à instalação sanitária de serviço. Sobre esta parede, e a parede poente pousará uma pequena parede com a mesma constituição da parede norte, onde a cobertura se apoiará. Estas terão, a partir da cota limite superior das paredes nascente e poente, 76cm de altura no lado sul e 90cm no lado norte, concretizando os 3,25 graus de inclinação da cobertura, também em cobre.

A cobertura inclinada e em telha era uma forte característica dos sequeiros e da arquitectura desta região em geral, mas por uma questão de adequação formal, concluiu-se que este era um atributo do qual se abdicaria, tanto na sua componente material como formal,

A parede revestida a cobre percorrerá a fachada sul apoiada numa padieira que irá pousar sobre os pilares preexistentes no piso 1. Esta irá substituir a antiga e deteriorada padieira de madeira que lá se encontrava, mantendo este elemento formal presente na estrutura do edifício.

A fachada de granito voltada a sul, apesar de profunda, era muito exposta devido aos grandes vãos da fachada ao longo de todo o edifício. O alçado sul, até à cota da padieira do piso superior, será inteiramente constituído por planos envidraçados. No piso 0, a caixilharia será montada entre os três pilares mais salientes no interior e as paredes laterais, e a estrutura - apenas um perfil H - estará num plano 15cm recuado relativamente à fachada, no centro do antigo edifício. No piso 1, devido à diferente métrica, os perfis metálicos, cinco no total, serão tubulares e a caixilharia será instalada entre eles. No piso 0 optou-se pela utilização de um perfil H devido à sua esbelteza, de forma a otimizar este espaço que se desejava o mais amplo possível. No piso superior, os perfis tubulares pareciam mais adequados à compartimentação requerida pelo programa, permitindo também a aplicação de isolamento térmico no seu interior.

De acordo com a linguagem estrutural utilizada, e conseqüente configuração formal, decidiu-se que as caixilharias exteriores do edifício deveriam ser em alumínio lacado, tipo NAVARRA, cor cinzenta. Considerou-se a conformidade entre os novos materiais empregues no exterior do edifício, metais essencialmente, para que a dualidade entre estes e os preexistentes fosse acentuada.

Esta combinação de factores iria certamente trazer problemas a nível de inércia térmica, logo, definiu-se

a utilização de sombreamento em todos os vãos através do sistema de lâminas horizontais orientáveis em alumínio do tipo Warema, cor cinzenta, sob a padieira no interior de cada vão.

A cobertura será constituída por uma laje de betão maciça apoiada na estrutura metálica, a sul, e nas restantes paredes do edifício, Sobre a laje assentarão painéis sandwich com 80mm de espessura, compostos por duas folhas de metal com isolamento térmico no interior. Para reforçar a inércia térmica do edifício decidiu-se utilizar uma outra camada de poliestireno extrudido de 60mm, duplicando o isolamento sob o cobre.

A retirada da água será feita através de uma caleira localizada dentro da padieira que percorrerá toda a fachada sul. Três tubos de queda, no exterior do edifício e fixos às fachadas, irão assegurar a sua descarga para o piso térreo, A água do tubo localizado a nascente irá directamente para a terra e a dos restantes, a poente e a meio da fachada sul, irá para o canal de drenagem sob a grelha metálica localizada junto à fachada principal.

Decidiu-se manter a pedra que se encontrava na ruína, seja nos elementos verticais – paredes e pilares – como nos horizontais – pavimentos –, sendo estes tratados. Os materiais novos – cobre, vidro e alumínio (lacado) – irão estabelecer um diálogo contrastante com a robustez e perenidade da pedra da fachada, mantendo-se em segundo plano.

O cobre, usado no remate superior das fachadas, nas paredes do novo anexo e na cobertura, cria um efeito de cor presente apenas em metais, que se opõe, sem querer dominar, ao eterno cinzento do granito. Um material que sofrerá uma mutação e cuja relação com a pedra não será constante. A transformação deste material representará o amadurecimento do material lado a lado com tão nobre e imponente companhia. Propicia-se deste modo um jogo de texturas entre a rugosidade, aspereza e perenidade do granito e a

suavidade, fragilidade e versatilidade do cobre.

A escolha do material recaiu sobre o cobre por diversas razões. Este foi o primeiro metal a ser utilizado pelo Homem, pelo menos há de 10 000 anos atrás. Na civilização egípcia este simbolizava a vida eterna, representado pelo símbolo Ankh, devido à sua durabilidade. É um material totalmente reciclável, tanto em estado puro como transformado. Para além da sua durabilidade, o cobre oferece resistência à corrosão através de processos naturais do próprio material, é maleável e, conseqüentemente, fácil de manusear. Este metal é também um óptimo condutor energético, apesar de esta característica pouco contribuir para o seu uso em arquitectura como revestimento exterior pois não contribui para a inércia térmica do edifício.

O que torna este material tão peculiar e a sua aplicação tão apetecível é a sua mutação ao longo do tempo. O cobre inicialmente apresenta uma tonalidade rosa/salmão brilhante mas quando exposto aos gases presentes na nossa atmosfera, ao fim de alguns dias, este adopta um tom de castanho. Com o passar do tempo esta tonalidade escurece, tornando-se num castanho mais escuro e baço. Por fim, este material irá atingir um verde azulado. O tempo que decorre até a aquisição desta patina final varia consoante a localização do edifício: perto do mar pode demorar entre 7 a 9 anos, em zonas industriais entre 5 a 8 anos, em zonas suburbanas 10 a 14 anos e em locais com atmosfera limpa e sem poluição, como o caso em questão, pode demorar até 30 anos.

A transformação que o material sofre adequava-se ao desejo de concretizar um projecto que espelhasse a passagem do tempo. A sua aplicação ao novo edifício, tanto no volume a nascente como no corpo principal, pretendia mostrar que, como tudo no mundo, algo que hoje é jovem, amanhã será velho. Quando este adoptar a sua última patina teremos dois elementos resistentes ao tempo - a pedra e o cobre - que, apesar da diferença de idades, partilharão a maturidade e o percorrer do futuro.

Inicialmente estabeleceu-se que o espaçamento entre as juntas do cobre seria 50cm, mas após a observação do material e das suas características físicas tornou-se óbvio que esta medida deveria ser reduzida para evitar que este criasse folgas. Para que possua um aspecto polido alterou-se o espaçamento para 30cm.

O volume acrescentado aos limites preexistentes do edifício, a nascente, por ser revestido a cobre, assentar directamente em pavimento vegetal e estar localizado numa região com forte pluviosidade, não deveria estar em contacto com chão. De forma a preservar o cobre da oxidação criou-se um pequeno embasamento de 22 cm, constituído apenas pelo betão das paredes do volume. Apenas nas três paredes exteriores do novo volume, e nas lajes do piso 1 e de cobertura - lajes maciças - será utilizado betão. Nos restantes elementos será utilizada alvenaria de tijolo de 11cm.

Determinou-se também que a pala, a chaminé e os elementos de ventilação deveriam ser revestidos a cobre de forma a integrar-se no conjunto da intervenção, reforçando a dicotomia de materiais já referida. Foi uma forma de controlar uma certa preponderância que estes elementos poderiam facilmente assumir, advinda do facto de constituírem elementos isolados e pontuais na fachada e cobertura. A pala será fixa à padieira através de uma leve estrutura metálica localizada no seu interior, para que o seu peso seja reduzido ao máximo.

O piso térreo, com 250cm de pé-direito, será um espaço único. A cozinha, situada perto da zona de entrada, será delimitada por um painel de vidro fosco e pela bancada da cozinha, em ardósia com 3cm de espessura. A bancada, com 9 módulos, para além de zona de preparação de comida poderá também servir para refeições rápidas com a disposição de três a quatro bancos à sua volta. Para a construção dos armários optou-se por contraplacado de madeira de 12mm. A parede nascente, até ao painel de vidro será em mosaico de ardósia de 2.30.30cm, constituindo a única excepção no piso. Esta opção deveu-se à necessidade de usar um material mais prático na zona onde o fogão e a banca irão estar localizados, facilitando a limpeza e manutenção

desta parede. O pavimento deste espaço será também neste material mas as placas terão 2.60.60cm, sobre uma área de 2,4m². O uso da ardósia neste espaço estendeu-se a todos estes elementos devido à sua localização. Por estar situada num extremo do open space, a nascente, e perto do novo volume, a cozinha permitia a criação de uma área mais transformada e mais confortável, não conduzindo à fragmentação da leitura do espaço.

Nas restantes paredes deste piso optou-se por manter o granito aparente, já existente, com junta à face. Os materiais do piso térreo serão mantidos quase na sua totalidade. O lajeado de granito de pedras da eira com diferentes dimensões será apenas limpo. Isto permitirá a leitura deste pavimento como um prolongamento da eira exterior, tão caracterizadora deste espaço. A predominância do granito no piso térreo, tanto no pavimento como nas paredes, irá reforçar a força e a naturalidade desta relação interior/exterior.

O restante espaço no piso 0 comportará as escadas de acesso ao piso superior, a zona de refeições e a zona de estar. As duas últimas irão conformar uma área de 24m². Visto a zona de refeições ser ao lado das escadas previu-se o aproveitamento do espaço sob o lanço para criar a zona de arrumos. As escadas apoiar-se-ão na laje do piso 1 e na parede nascente, estando o patamar intermédio embutido nesta última. Visto a parede obedecer ao sistema de parede dupla de pedra, na zona das escadas ser-lhe-á retirada a camada interior, permitindo o ganho de 35cm. Também a extracção do fumo do fogão de sala será feita através de uma tubagem instalada dentro da parede que irá requerer a execução dos buracos apenas no estrato interior da parede. No exterior, este elemento terá uma correspondência formal, uma chaminé revestida a cobre na parede poente, que se irá elevar 140cm acima da cobertura. Os materiais do fogão de sala serão decididos posteriormente, após o início da obra, apesar de se prever o uso dos materiais aplicados no restante edifício, nomeadamente a ardósia, o granito e, possivelmente, a madeira.

No piso 1, destinado a espaços privados, as paredes exteriores preexistentes serão mantidas em alvenaria de pedra aparente, recuperada e com juntas à face, tal como no piso inferior. A madeira utilizada no soalho (existente apenas no piso 1), nos aros e nos rodapés será madeira de carvalho envernizada. As caixilharias interiores – portas, batentes, aros – serão em aglomerado de madeira folheada e envernizada.

A largura do edifício prenunciava a distribuição mais eficaz do programa no piso superior: um quarto ocuparia a zona poente do edifício e o outro estaria localizado a nascente. O quarto a poente, com 15,2m² deveria possuir a instalação sanitária dentro do edifício antigo, junto à parede poente, contrariamente ao quarto a nascente, com 13,5m² de área, que iria utilizar o novo volume para a concretização deste espaço. A distribuição para os quartos é efectuada no patamar de chegada das escadas, protegido por uma guarda de vidro fixa a perfis de aço e ladeado por um vão envidraçado com caixilho fixo que permite a sua iluminação.

O plano da parede norte correspondente à zona das escadas terá um painel em contraplacado de madeira com 8 mm, folheado a carvalho, com orientação horizontal, constituindo a única excepção à opção de deixar as paredes com pedra à vista. Esta opção teve uma raiz formal e construtiva, pois após a remoção da camada interior da parede nesta zona, esta será uma forma de reforçar a parede e trabalhar sobre a diferente estereotomia da pedra.

As paredes divisórias neste piso serão em gesso cartonado pintado a tinta plástica, cor branca, e os armários embutidos dos quartos serão em aglomerado de madeira, folheado e envernizado, tal como a caixilharia interior.

A instalação sanitária do quarto poente será a única com banheira, delimitada por uma divisória em vidro laminado de 1.5.5mm, com 80cm de comprimento e 150cm de altura permitindo o uso como duche com

privacidade e sem futuros problemas de inundação. O pavimento e as paredes desta divisão serão revestidos a mosaico cerâmico e será instalado um tecto falso em gesso cartonado pintado a tinta plástica.

A casa das máquinas da piscina, será construída sob o deck de madeira. O deck será em madeira Kumaru, orientado de acordo com as pedras da eira.

O volume que encerra o balneário e a zona técnica da casa será construído em tijolo, revestido de madeira com orientação vertical, de acordo com a tendência que predominava no construído envolvente. A madeira será fixa sobre calhas, cuja largura será aproveitada para a aplicação do isolamento térmico. No interior, optou-se por betonilha esquartelada pigmentada para o pavimento e mosaico cerâmico para as paredes.

As pedras que constituíam a escada preexistente da fachada nascente irão ser utilizadas em arranjos exteriores, nomeadamente no banco que se encontra no prolongamento da parede poente e no murete que tem início no vértice sudoeste da eira.

As opções construtivas e a escolha de materiais foram submetidas à preocupação com a preservação do carácter do edifício preexistente, ao reaproveitamento e à economia de bens. O cobre foi a maior singularidade permitida a este nível, justificada por se tratar do material com maior proeminência na obra arquitectónica. Para que o resultado fosse uma intervenção de arquitectura coerente combinaram-se diferentes signos da linguagem arquitectónica, sejam técnicas construtivas, materiais e linguagens resultantes dos dois anteriores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



A reabilitação deste edifício que se encontrava abandonado e esquecido, conceder-lhe-á uma segunda oportunidade para hospedar o homem e para se tornar novamente cenário de vida.

Com a sua inserção no complexo turístico, o projecto poderá contribuir para a dinamização e revitalização da aldeia, da população e da agricultura a nível local, seja directa ou indirectamente, ao trazer pessoas a este lugar que caminha lentamente para a desertificação.

Tal como Peter Zumthor afirma, *“A arquitectura tem o seu espaço de existência. Encontra-se numa ligação física especial com a vida. No meu ponto de vista, inicialmente não é mensagem nem sinal, mas invólucro e cenário da vida, um recipiente sensível para o ritmo dos passos no chão, para a concentração do trabalho, para o silêncio do sono.”*¹⁹

Será a conversa entre o jovem visitante e o habitante ancião que o recebe, o novo e o antigo, os diferentes materiais e linguagens, que concederão ao novo conjunto novos conteúdos e significados.

*“É talvez com uma certa inveja e simpatia triste que ouvimos as obras de Mozart. São para nós uma pausa bem-vinda no tumulto da nossa vida interior, uma consolação e uma esperança, mas ouvimo-las como tons de uma outra época passada, no fundo estranha para nós. Combates de tons, equilíbrio perdido, princípios caducos, toques de tambor inesperados, questões profundas, esforços aparentemente em vão, angústia e saudade aparentemente dilaceradas, correntes e ligações despedaçadas, contrastes e contradições - eis a nossa harmonia.”*²⁰

Visou-se realizar um projecto de arquitectura coerente e sólido, que traga vida ao lugar que o recebe, integrando-se naturalmente na sua paisagem, na sua história e na sua vida social, sendo aceite por quem

¹⁹ ZUMTHOR, Peter, *Pensar a Arquitectura*, Barcelona, GG, 2006, Paisagens completadas, p. 12

²⁰ DUCHTING, Hajo, Wassily Kandinsky in *Wassily Kandinsky*, Taschen, Edição exclusiva para o jornal Público, 2004, p.40

sempre aí viveu. Que esse elemento novo, inicialmente estranho, venha a fazer parte de um novo todo, receptivo e revitalizado, conquistando o seu direito à presença naquele lugar. Zumthor aborda esta questão empregando uma analogia eficaz:

“Cada nova obra intervém numa situação histórica. Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significativa com o existente. Para o novo poder encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago já não é o mesmo.

Penso que os edifícios que, a pouco e pouco, são aceites pelo seu espaço envolvente devem possuir a capacidade de atrair, de diversas formas, a emoção e o raciocínio. O nosso sentimento e compreensão estão, no entanto, enraizados no passado. É por isso que o significado que criamos com o edifício deve respeitar a memória.”²¹

As expectativas relativamente ao projecto e ao lugar onde este se materializará fazem parte do legado proporcionado pela formação prestada na Faculdade de Arquitectura do Porto, anfitrião da herança da Escola do Porto. As vivências, as pessoas, as conversas, o desânimo, a coragem, a divergência, a concordância e a permuta de conhecimentos consolidaram esta formação.

Mas o interesse e a paixão por esta área do saber, por esta arte, foram despertados muito antes da certeza da aquisição desta formação, em viagens, conversas, experiências, momentos de admiração perante a presença e consciência de algo perfeito.

²¹ ZUMTHOR, Peter, *Pensar a Arquitectura*, Barcelona, GG, 2006, Paisagens completadas, p. 17

Esta Tese de Dissertação é a conclusão natural de um processo de aprendizagem na área da arquitectura. Como tal, expecta-se que a explicitação dos temas relacionados com o processo de informação, concepção, organização e apresentação do projecto tenham sido claros e eficazes. O futuro acompanhamento da obra irá certamente constituir o complemento e a conclusão do conteúdo aqui apresentado como processo de aprendizagem e organização.

É o encerramento de um capítulo mas também a abertura de um novo. Sente-se o *drama da folha em branco*. A folha que se torna a nossa matéria-prima, o receptor dos nossos pensamentos, divagações e opções, dos nossos sonhos, da vida.

Que haja sempre coragem para fazer o primeiro traço.

Que a motivação seja o fascínio pela criação de um espaço que proporcione prazer e bem-estar, a sensação de sublime.

“Que seja assim o arquitecto - homem entre os homens - organizador do espaço - criador de felicidade.”²²

²² TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, Porto, 1962, FAUP Publicações, 5ª Edição, 2004, p.75



PROJECTO

APRESENTAÇÃO GRÁFICA

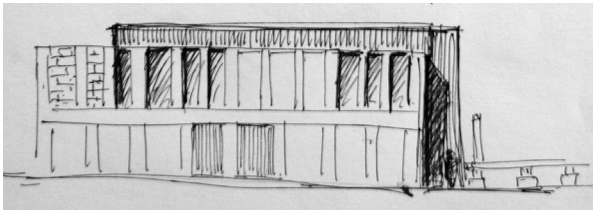
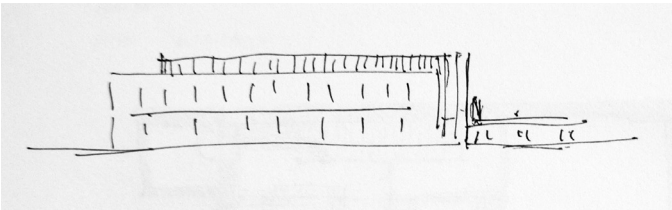
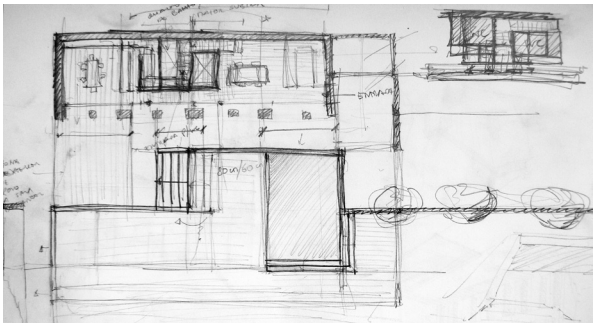
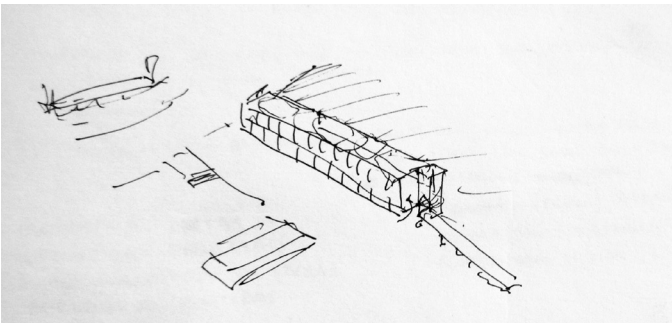
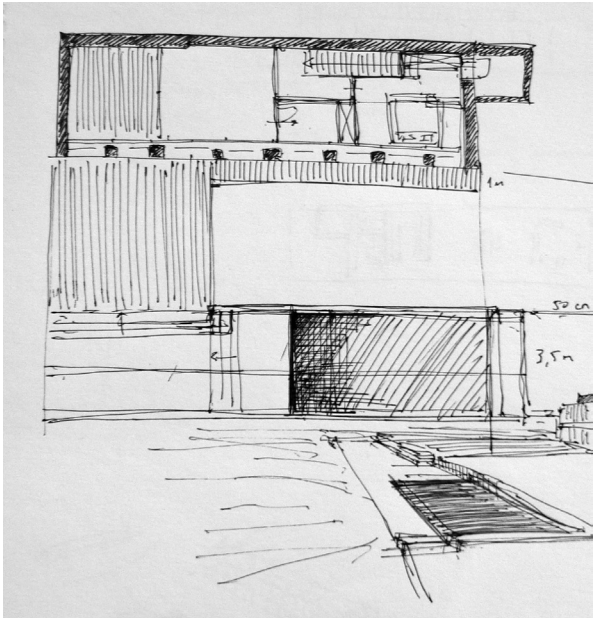
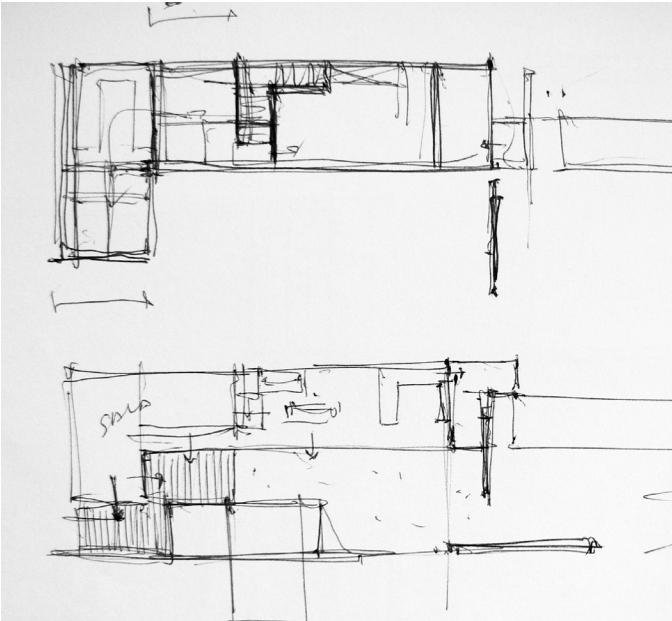


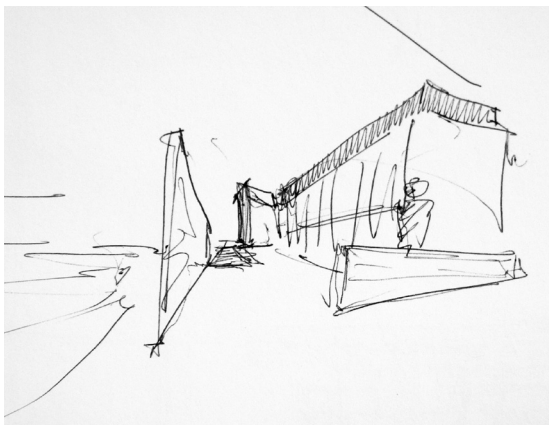
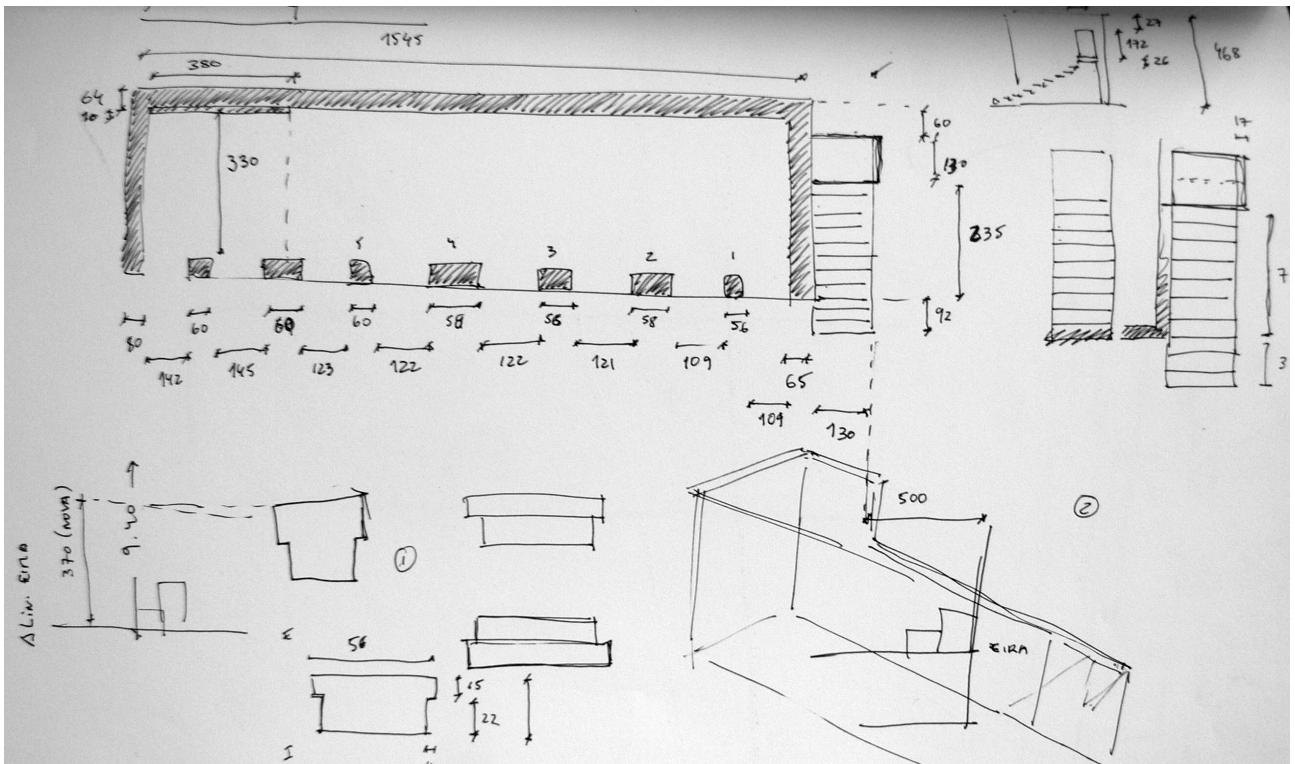


ANEXOS



ESQUISSOS / RENDER





LEGISLAÇÃO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Informação obtida em: <http://www.center.pt/PT/legislacao.php> a 20 de Junho de 2011

Diário da República, 1.ª série — N.º 160 — 20 de Agosto de 2008

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Portaria n.º 937/2008

de 20 de Agosto

SECÇÃO I

Objecto e noções

Artigo 3.º

Noção de empreendimentos de turismo no espaço rural

1 — São empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.

2 — Os proprietários ou entidades exploradoras dos empreendimentos de turismo no espaço rural, bem como os seus representantes, podem ou não residir no empreendimento durante o respectivo período de funcionamento.

3 — Os empreendimentos de turismo no espaço rural classificam -se nos seguintes grupos:

- a) Casas de campo;
- b) Agro -turismo;
- c) Hotéis rurais.

Artigo 4.º

Espaço rural

1 — Para o efeito do disposto no presente diploma consideram -se como espaço rural as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural.

2 — A classificação como empreendimento de turismo no espaço rural atenderá ao enquadramento paisagístico, às amenidades rurais envolventes, à qualidade ambiental e à valorização de produtos e serviços produzidos na zona onde o empreendimento se localize.

3 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, os órgãos municipais competentes podem solicitar parecer à direcção regional de economia respectiva sobre o uso e tipologia do empreendimento e à Direcção -Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à respectiva localização.

Artigo 5.º

Noção de casa de campo

São casas de campo os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que prestem serviços de alojamento a turistas e se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local.

SECÇÃO II

Disposições comuns

SUBSECÇÃO I

Requisitos das instalações

Artigo 10.º

Condições gerais de instalação

1 — Os empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural devem observar os requisitos gerais de instalação

previstos no artigo 5.º do Decreto -lei n.º 39/2008, de 7 de Março, bem como os previstos na presente portaria.

2 — A instalação das infra -estruturas, máquinas e, de um modo geral, de todo o equipamento necessário para o funcionamento dos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural deve efectuar-se de modo que não se produzam ruídos, vibrações, fumos ou cheiros susceptíveis de perturbar ou, de qualquer modo, afectar o ambiente do empreendimento e a comodidade dos hóspedes.

3 — Os factores perturbadores ou ruidosos que decorram do exercício normal, corrente e regular das actividades próprias das explorações agrícolas não são considerados para os efeitos previstos no número anterior, devendo, no entanto, sempre que possível, ser minimizado o seu efeito.

4 — As unidades de alojamento dos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural podem integrar -se num edifício ou num conjunto de edifícios, com excepção dos hotéis rurais que forem construídos de raiz, cujas unidades de alojamento devem estar situadas num único edifício ou em edifícios integrados numa entidade arquitectónica única.

5 — Nos casos em que as unidades de alojamento se situem em vários edifícios, estes deverão estar claramente identificados como fazendo parte integrante do empreendimento.

Artigo 11.º

Infra -estruturas e equipamentos

Os empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural devem dispor das seguintes infra-estruturas e equipamentos:

- a) Sistema de iluminação e água corrente quente e fria;
- b) Quando o sistema de abastecimento de água seja privativo, os empreendimentos devem dispor de reservatórios com capacidade para satisfazer as necessidades diárias do empreendimento;
- c) Sistema e equipamentos de segurança contra incêndios nos termos de legislação específica;
- d) Sistema de climatização adequado às condições climáticas do local onde se encontra situado o estabelecimento;
- e) Zona de arrumos separada das zonas destinadas aos hóspedes;

- f) Sistema de armazenagem de lixos quando não exista serviço público de recolha;
- g) Equipamento de primeiros socorros;
- h) Área de estacionamento;
- i) Telefone fixo ou móvel com ligação à rede exterior na área de recepção ou, quando se trate de casas de campo, no escritório de atendimento a hóspedes previsto no n.º 2 do artigo 13.º

Artigo 12.º

Dispensa de requisitos

1 — Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 39.º do Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, relativo à dispensa de requisitos para atribuição da classificação do empreendimento turístico, considera -se que possuem relevante valor arquitectónico ou artístico os imóveis característicos da região que:

- a) Em razão da sua antiguidade, da sua traça e dos materiais utilizados traduzam significativamente a arquitectura erudita ou tradicional;
- b) Sejam manifestações singulares de diferentes estilos arquitectónicos, reconhecidos e tipificados como tal no âmbito da história da arquitectura.

2 — Para o efeito do disposto no mesmo artigo, considera -se que possuem relevante valor histórico ou cultural os imóveis que, independentemente do seu estilo arquitectónico, tenham sido testemunho de importantes eventos históricos, culturais ou científicos ou possuam, em razão da sua natureza, interesse etnológico ou arqueológico.

Artigo 14.º

Unidades de alojamento

1 — As unidades de alojamento dos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural são quartos ou suites e devem dispor, no mínimo, de cama, mesa de cabeceira ou solução de apoio equivalente, espelho, armário, iluminação de cabeceira e tomada eléctrica.

2 — Nos empreendimentos de agro -turismo as unidades de alojamento podem ainda ser edifícios autónomos nos termos previstos no n.º 3 do artigo 24.º do presente diploma.

3 — Quando as unidades de alojamento dos empreendimentos de turismo de habitação ou de turismo no espaço rural dispuserem de salas privativas, a área mínima exigida para as mesmas é de 10 m².

Artigo 15.º

Cozinhas

1 — As cozinhas ou pequenas cozinhas (kitchenettes) dos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural devem estar equipadas, no mínimo, com frigorífico, fogão, placa ou microondas, lava -loja, dispositivo para absorver fumos e cheiros e armários para víveres e utensílios.

2 — As cozinhas dos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural destinadas a confeccionar refeições para os hóspedes nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 18.º podem ser as destinadas ao uso do proprietário do empreendimento ou seu representante, quando ali residente.

3 — Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem fornecer directamente aos seus utentes, a estabelecimentos de comércio a retalho ou a estabelecimentos de restauração ou de bebidas pequenas quantidades de produtos primários, transformados ou não, nos termos da legislação nacional que estabelece e regulamenta derrogações aos regulamentos comunitários relativos à higiene dos géneros alimentícios.

Artigo 16.º

Instalações sanitárias

1 — As instalações sanitárias afectas ou integradas em unidades de alojamento devem dispor, no mínimo, de sanita, duche ou banheira, lavatório, espelho, ponto de luz, tomada de corrente eléctrica e de água corrente quente e fria.

2 — As instalações sanitárias afectas ou integradas em unidades de alojamento devem ainda estar equipadas, no mínimo, com sabonete ou gel de banho.

SECÇÃO III

Disposições específicas

SUBSECÇÃO I

Empreendimentos de turismo de habitação

Artigo 22.º

Especificidades das unidades de alojamento

- 1 — Nos empreendimentos de turismo de habitação todas as unidades de alojamento devem estar dotadas de instalações sanitárias privativas.
- 2 — Podem ser instaladas unidades de alojamento fora do edifício principal, em edifícios contíguos ou próximos daquele e que com ele se harmonizem do ponto de vista arquitectónico e da qualidade das instalações e equipamentos, quando pelo menos duas dessas unidades se situem naquele edifício.
- 3 — Nas situações previstas no número anterior as unidades de alojamento podem, até ao limite de três, integrar -se num edifício autónomo e dispor, no mínimo, de sala privativa, pequena cozinha (kitchenette) e de uma instalação sanitária por cada unidade de alojamento.
- 4 — A área mínima dos quartos individuais é de 10 m² e a dos quartos duplos de 12 m².

SUBSECÇÃO II

Empreendimentos de turismo no espaço rural

Artigo 23.º

Casas de campo

- 1 — Nas casas de campo deve existir, pelo menos, uma instalação sanitária para cada três quartos.
- 2 — Nas casas de campo a área mínima dos quartos individuais é de 7 m² e a dos quartos duplos de 9 m².

Informação obtida em http://www.center.pt/imprensactr/estudo_235.pdf a 20 de Junho de 2011

APCER- Associação Portuguesa de Certificação

Especificação de Requisitos de Serviço para Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural- ERS 3001 TH/TER

2ª Edição, Julho de 2008

7.3 Alojamento

7.3.1 Qualquer quarto deve ser constituído por um conjunto de mobiliário, no qual se inclui:

- Cama de casal ou duas camas de solteiro nos quartos duplos
- Cama de solteiro nos quartos single
- Colchões homogéneos quanto à dureza.
- Móvel Roupeiro
- Mesa de Cabeceira
- Mesa de apoio e cadeiras
- Cortinas ao estilo da casa
- Conjunto de copos de água

7.3.3 Todos os quartos devem estar dotados de um sistema de aquecimento regulável e adequado ao espaço.

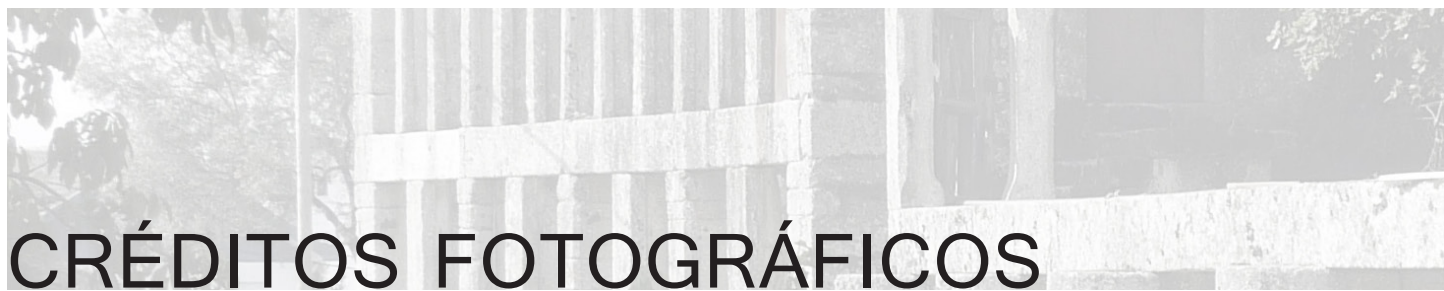
7.3.4 Todos os quartos devem estar dotados de iluminação adequada ao espaço.

7.3.5 As casas de TH/AG/CC devem estar dotadas de, no mínimo, uma casa de banho por quarto. Em Casas de TH/AG/CC com dependências contíguas e/ou anexos, é admissível a existência de apenas uma casa de banho, por cada dois quartos, quando todas as suas unidades de alojamento são contratadas pelo ou para o mesmo Hóspede.

7.3.6 As casas de banho localizadas nos quartos devem estar dotadas, no mínimo, dos seguintes elementos:

- Chuveiro ou polibã
- Sanita
- Lavatório com espelho
- Ponto de Luz
- Tomada de Corrente Eléctrica
- Cesto do lixo
- Cortina para o duche ou separador em material inquebrável
- Suporte do Papel Higiénico
- Toalheiros
- Espaço para colocação dos artigos de higiene pessoal dos Hóspedes

8.2.1 As casas de TH/AG/CC devem estar dotadas de um espaço próprio para armazenagem de todos os produtos e equipamentos de limpeza, devendo o mesmo estar sempre fechado, para impedir o acesso de crianças.



CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS



CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Capa - Foto de Mariana Macedo

Fig. 1 - Maçaroca de milho, em <http://turmab-efanocerro.blogspot.com/2011/05/ja-minha-avo-dizia-e-fazia.html>

Fig. 2 - Plantação de milho, em <http://turmab-efanocerro.blogspot.com/2011/05/ja-minha-avo-dizia-e-fazia.html>

Fig. 3 - Eira em Parada do Lindoso, Lindoso, Ponte da Barca - Foto de Fernando Cerqueira Barros, in fernandocerqueirabarros.blogspot.com

Fig. 4 - Conjunto agrícola com eira, sequeiro e espigueiro em Rossas, Vieira do Minho - Foto de Mariana Macedo

Fig. 5 - Espigueiro recuperado em São João de Rei, Póvoa de Lanhoso - Foto de Mariana Macedo

Fig. 6 - Conjunto agrícola em São Pedro de Cete, Paredes - Foto de Fernando Cerqueira Barros, in fernandocerqueirabarros.blogspot.com

Fig. 7 - "Harvesters Resting" de Jean-François Millet in <http://www.jeanmillet.org/>

Fig. 8 - Agricultores durante a desfolhada, in <http://turmab-efanocerro.blogspot.com/2011/05/ja-minha-avo-dizia-e-fazia.html>

Fig. 9 - Medas num campo de cultivo - Foto de Domingos Xavier in <http://www.flickr.com/photos>

Fig. 10 - Espigas estendidas na eira, in <http://turmab-efanocerro.blogspot.com/2011/05/ja-minha-avodizia-e-fazia.html>

Fig. 11 - Agricultores a malhar o milho, in <http://onomedasletras.blogspot.com/2010/08/blog-post.html>

Fig. 12 - Porta Cova, Sistelo, Arcos de Valdevez - Foto de Fernando Cerqueira Barros, in fernandocerqueirabarros.blogspot.com

Fig. 13 - Casa de Ofir, Ofir - Foto de Mariana Macedo

Fig. 14 - Casa de Ofir, Ofir - Foto de Mariana Macedo

Fig. 15 - Casa de Ofir - planta in Távora. Desenhos de viagens/Projectos

Fig. 16 - Casa de Ofir - esboço

Fig. 17 - Casa de Ofir - corte e alçado sul

Fig. 18 - Moinhos, Apúlia - Foto de Mariana Macedo

Fig. 19 - Moinho convertido em habitação de férias - Foto de Mariana Macedo

Fig. 20 e 21 - Casa de lavoura, Balazar, Foto de António Menéres in *Arquitectura Popular em Portugal*

Fig. 22 e 23 - Casa de lavoura, Anta S. Paio, Guimarães, Foto de António Menéres in *Arquitectura Popular em Portugal*

Fig. 24, 25 e 26 - Casa Sequeiro - Casa do Olival , Sobreira, Carapeços, Barcelos, Foto de António Menéres in *Arquitectura Popular em Portugal*

Fig. 27, 28 e 29 - Fotos aéreas - localização do sequeiro, Google Maps

Fig. 30 - Planta de localização do edificado componente do complexo de Turismo Rural, Google Maps

Fig. 31 a 38 - Fotos de Mariana Macedo

Fig. 40 - Carta Militar

Fig. 41 a 50 - Fotos de Mariana Macedo

Fig. 51 e 52 - Fotos cedidas pelo Arquitecto Pedro Macedo

Fig. 53 e 54 - Plantas cedidas pelo Arquitecto Pedro Macedo

Fig. 55 a 57 - Fotos cedidas pelo Arquitecto Pedro Macedo

Fig. 58 e 59 - Plantas cedidas pelo Arquitecto José Gigante

Fig. 60 a 64 - Fotos cedidas pelo Arquitecto José Gigante

Anexos- esquissos e render- Mariana Macedo



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLETON, João, *Reabilitação=rehabilitation*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007 (Arquitectura ibérica - 19)
- CALVINO, Italo, *Lezione americane: sei proposte per il prossimo millennio*, Mondadori, Milão, 1993; (versão portuguesa: Seis propostas para o próximo milénio: lições americanas, Teorema, Lisboa, 1998, p. 78)
- DAVID, Ana e PIMENTA, Joana, *Reabilitação=rehabilitation*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011 (Arquitectura Ibérica - 36)
- DUTCHING, Hajo, *Wassily Kandinsky*, Taschen, Edição exclusiva para o jornal Público, 2004
- ESPIGA, Adelaide, *Em defesa do património cultural e natural : reabilitar em vez de construir*, Lisboa, GECORPA, 2006
- GALHANO, Fernando, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, DIAS, Jorge, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1992, 1ª edição (Portugal de Perto: Biblioteca de Etnografia e Antropologia - 24)
- GALHANO, Fernando, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, DIAS, Jorge, *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, 1ª edição (Portugal de Perto - 33)
- GALHANO, Fernando, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, DIAS, Jorge, *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, 2ªedição (Portugal de Perto - 17)

- *José Gigante : habitar*, ed. João Gomes, Vitor Silva, Nuno Valentim Lopes ; trad. Alberto Montoya. - Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008

- LINAZASORO, José Ignacio, *Evocando la ruina : sombras y texturas : centro cultural en Lavapiés, Madrid*, Madrid, GMUAM, 2004

- LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, Massachusets, 1960, Edições 70, 2008

- LOPES, Flávio, "Cartas e Convenções Internacionais", *Património Arquitectónico e Arqueológico - Informar para Proteger*, Lisboa, Publicação do IPPAR, 1996

- MOUTINHO, Mário, *A Arquitectura Popular Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1995

- Ordem dos Arquitectos, *Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal: IAPXX*, Lisboa, Editora João Afonso, 2006

- PACHECO, Helder, *Portugal: património cultural popular*, Porto, Areal, 1985, 1ª Edição (Volume 1- O ambiente dos Homens)

- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1987

- SIMÕES, Carlos e SIMÕES, Bemvindo, "O milho e a sua cultura : catálogo dos volumes e folhetos existentes na Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia : II Exposição Nacional do Milho", Lisboa, Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura, 1930

- SOUTO de MOURA, Eduardo, *Santa Maria de Bouro- Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro. Eduardo Souto de Moura*, Lisboa, White & Blue, 2001, 1ª Edição
- TANIZAKI, Junichiro, *Elogio da sombra*, Japão, 1933, Relógio d'Água, Lisboa, 2008
- TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, Porto, FAUP Publicações, 1996
- ZUMTHOR, Peter, *Pensar a Arquitectura*, Barcelona, GG, 2006, 2ª Edição Ampliada
- ZUMTHOR, Peter , *Atmosferas*, Barcelona, GG, 2006, 1ª Edição
- ASSOCIAÇÃO ARQUITECTOS PORTUGUESES, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Printer Portuguesa, 1988, 3ª Edição

Trabalhos académicos / Provas finais de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento:

- AFONSO, Jorge Manuel Fernandes, “Projecto de reabilitação e ampliação de um monte algarvio para turismo rural” , docente acompanhante Prof. Camilo Rebelo. - Porto : Faup, 2007
- AFONSO, Luís Miguel Ferreira, “O espontâneo e a vontade : transformação de uma casa em Negreda para alojamento turístico” , docente acompanhante Prof. José Salgado. - Porto : Faup, 2007
- ALARCÃO E SILVA, Pedro Duarte Santos de, “Construir na ruína : a propósito da cidade romanizada de Conimbriga”, Porto : Faup, 2009 - Dissertação de Doutoramento em arquitectura
- BASTOS, Ana Andreia Correia de, “Metodologias de intervenção sobre a arquitectura popular”, docentes acompanhantes Prof. Bernardo Ferrão, Prof. Domingos Tavares. - Porto : Faup, 2004
- BORGES, Carisa Inês Sousa, “Redesenhar a memória : intervir no património vernacular da Fajã das almas”, docente acompanhante Prof. Rui Póvoas. - Porto : Faup, 2009
- COSTA, Joana Mendes Soldado Ferreira da, “Arquitectura, identidade e transformação : o dialogo entre novo e antigo” , docente acompanhante Prof. Francisco Barata Fernandes. - Porto : Faup, 2002
- DIOGO, Maria Helena Moreira, “Arquitectura sobre arquitectura : memória e transformação” , docente acompanhante Prof. Domingos Tavares. - Porto : Faup, 2005

- MARTINS, Ana Adelaide Jorge Amorim de Esteves, "A arquitectura como arte de modificar : reutilização, requalificação, ou rearquitectura" - Porto : Faup, 2008 - Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico

- MONTEIRO, Ana Catarina Gomes Castro, "O tema da ruína na obra de Eduardo Souto de Moura : uma reflexão sobre o valor da memória na prática de projecto", docente acompanhante Profª Carla Garrido. - Porto : Faup, 2009

- NEVES, João Carlos Carvalho, "Intervenções no património : reconversão de conventos em pousadas de Portugal : a abordagem ao projecto", docente acompanhante Prof. Hélder Casal Ribeiro. - Porto : Faup, 2007

- OLIVEIRA, Tiago Luís Coelho Sanchez de Castro, "Ruína na arquitectura contemporânea : alguns exemplos", docente acompanhante Prof. Carlos Machado. - Porto : Faup, 2009

- PIMENTEL, Inês Maria Ozorio, "O diálogo do novo e do velho : arquitectura em transformação, arquitectura da confrontação", docente acompanhante Prof. Manuel Mendes. - Porto : Faup, 2003

- RIBEIRO, Sara Cecília Saraiva Correia, "Reabilitação do património vernáculo da Beira Alta numa perspectiva turística" , docente acompanhante Prof. Rui Póvoas. - Porto : Faup, 2010

- RUSSELL, Filipe Amorim Sá Coutinho, "Memória e transformação : reabilitação e recuperação arquitectónica da quinta de Carrazedo" , docente acompanhante Prof. João Pedro Seródio. - Porto : Faup, 2009

Websites:

- <http://dalmeida.com/ensino/historia.htm>
- <http://www.center.pt/PT/legislacao.php>
- http://www.center.pt/imprensactr/estudo_235.pdf
- http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Jose_Augusto_Maia_Marques.htm
- <http://www.slideshare.net/andreiapgois/desfolhada>
- <http://turmab-efanocerro.blogspot.com/2011/05/ja-minha-avo-dizia-e-fazia.html>
- http://issuu.com/ohluix/docs/prova_final
- <http://arkitectos.blogspot.com/>
- <http://www.jeanmillet.org/>
- <http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html>
- <http://www.docomomo.org.br/seminario%20%20pdfs/034.pdf>

- <http://turmab-efanocerro.blogspot.com/>
- <http://onomedasletras.blogspot.com/2010/08/blog-post.html>
- <http://www.skyscrapercity.com/>
- <http://www.naya.org.ar/>
- <http://www.pessoa.art.br/>